

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KAREN DAYANNE NUNES

Falando aos trabalhadores brasileiros: a didática do ministro
Marcondes Filho

Mariana - MG

2020

Karen Dayanne Nunes

Falando aos trabalhadores brasileiros: a didática do ministro Marcondes Filho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Rosana Areal de Carvalho

Mariana - MG

2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N972f Nunes, Karen Dayanne.

Falando aos trabalhadores brasileiros [manuscrito]: a didática do ministro Marcondes Filho. / Karen Dayanne Nunes. - 2020.
76 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Educação. Programa de Educação.
Área de Concentração: Educação.

1. Educação - História. 2. Imprensa. 3. Trabalhadores - Educação. 4. Marcondes Filho, Alexandre, 1892-1974 - História. I. Carvalho, Rosana Areal de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37:94(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Michelle Karina Assuncao Costa - SIAPE: 1.894.964



Karen Dayanne Nunes

Falando aos trabalhadores brasileiros: a didática do ministro Marcondes Filho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (a) em Educação, e aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 28 de fevereiro de 2020.

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Jefferson José Queler (Membro)
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (Membro)
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Para Kauã e Heitor, meus sobrinhos,
pelo amor mais puro.

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos em poucas palavras não é uma tarefa fácil. Os sentimentos neste momento são inexplicáveis, mas agradecer é preciso. Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Professora Doutora Rosana Areal de Carvalho, por acreditar em mim, por me incentivar, por me compreender em todos os momentos, por sua amizade, gentileza, atenção. Meu respeito e gratidão.

Aos meus amigos da UFOP, que me acompanham desde 2011, no decorrer na minha graduação, e estiveram presentes no mestrado: Joyce Dias, Milena Oliveira, Helena Mollo, Giseli Barros, Maria Isabel, Juliana Machado e Lilian Miranda. Ao grupo de estudos que me proporcionou conhecimento e alegrias: Raphael Machado, Thiago Andreuci, Adriene Santana, Janaina Maria, Alice Spindula. Em especial, Leandro de Paula e Maria Clara Cobucci, que estiveram do meu lado em todos os momentos, principalmente os melhores!

Deborah de Oliveira e Leonardo Augusto, meus amigos queridos que, mesmo distante, me apoiaram.

À Escola Municipal Milton Campos, minha base. Ao Programa de Pós Graduação em Educação e professores da Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino de qualidade. À CAPES pelo auxílio financeiro à minha pesquisa, sem o qual esta seria impossível. Aos membros da banca, Prof. Doutor Jefferson José Queler e Prof. Doutor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, pela atenção e críticas construtivas para a dissertação.

A todos os meus familiares, que me incentivaram: meu irmão Bruno Marcos, Hugo Márcio (*in memoriam*), especialmente à minha irmã Kelly Christine, por embarcar no meu sonho e me dizer que nunca estarei só. À minha mãe, meu bem e amor maior.

Aos Trabalhadores Brasileiros desrespeitados com o fim do Ministério do Trabalho, com as (des)reformas trabalhistas e da previdência que não visam ao bem-estar da classe que luta diariamente, com pouco, para viver com o mínimo de dignidade.

A nossa educação massacrada diariamente pelo (des)governo: resistir é preciso e lutar é a única opção!

“Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a
chegar da primavera.”

Luiz Inácio Lula da Silva - ex presidente da República Federativa do Brasil. Discurso
em São Bernardo do Campo - SP. 07/04/2018

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também um título originário para colocação, para a inserção sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida.

Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional.

Pode ser um padrão de honra.

Pode ser uma advertência.

Alexandre Marcondes Filho¹.

¹ Mensagem de Alexandre Marcondes Filho, impressa na Carteira de Trabalho e Previdência Social, p. 6. Identificamos que a mensagem esteve presente na CLT de 1943 a 1984.

RESUMO

Alexandre Marcondes Filho, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio entre os anos 1941 a 1945 e da Justiça de 1943 a 1945 no governo de Getúlio Vargas. Iniciou sua vida política em 1926, elegendose vereador e deputado federal por São Paulo no período de 1927 a 1930 pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Sua participação na Constitucionalista de 1932 foi em consonância com o seu partido, que defendia políticas opostas a Getúlio Vargas. Após conflito que resultou na Assembleia Constituinte de 1934, Marcondes Filho dedica-se ao seu escritório de advocacia, afastando-se da política. Em 1939 retorna ao cenário público, assumindo o cargo de vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP). Em 1941, assume o Ministério do Trabalho a convite de Vargas. A pesquisa tem um caráter documental que consiste em três conjuntos: o primeiro e o segundo dizem respeito aos jornais *A Manhã*, *Correio Paulistano* e *O Radical* e ao acervo do ministro disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, que auxiliam na construção da trajetória pública de Marcondes Filho. O terceiro conjunto refere-se ao livro, elaborado por Marcondes Filho, *Trabalhadores do Brasil! Palestras do ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil, em 1942*, publicado pela Revista dos Tribunais no ano de 1943. Nosso objetivo consiste em identificar as práticas de mediação cultural desenvolvida por Marcondes Filho ao transmitir e fazer circular nos grupos sociais pretendidos as mensagens do governo, categorizando-o no conceito de intelectual mediador. Seu tom paternalista (GOMES, 1988) e sua didática à frente dos esclarecimentos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no programa a *Hora do Brasil*, endossam o projeto político pedagógico do Estado Novo. Alexandre Marcondes Filho é citado em algumas produções bibliográficas no campo da História Política e Ciências Sociais como um importante intelectual de seu tempo. Um político sem projetos ligados à educação, envolve-se, durante o Estado Novo, em atos de mediações culturais (GOMES; HANSEN, 2016) em prol de uma política específica para os trabalhadores. Marcondes Filho desenvolve uma função política de intermédio, especificamente por parte dos intelectuais que atuam em campos diversificados (BOURDIEU, 1998). No campo da História da Educação, seu ato de mediação entre governo e classe trabalhadora, ainda inexplorado, poderá lançar um novo olhar sobre a educação em espaço não escolarizado e, mais especificamente, sobre a educação dos trabalhadores.

Palavras-chave: História da Educação, Intelectuais Mediadores, Estado Novo, Educação dos Trabalhadores, Imprensa.

ABSTRACT

Alexandre Marcondes Filho, Bachelor of Law from the Faculty of Law of São Paulo, was Minister of Labor, Industry and Commerce from 1941 to 1945 and Justice from 1943 to 1945 under the Getúlio Vargas government. He began his political life in 1926, electing the Councilor and Federal Deputy for São Paulo from 1927 to 1930 by São Paulo Republican Party (PRP). His participation in the constitutionalist reform was in line with his party, which defended policies opposed to Vargas. After a conflict that resulted in the 1934 Constituent Assembly, Marcondes Filho dedicated himself to his law firm and moved away from politics. In 1939, he returned to the public scene assuming the position of vice president of the Administrative Department of the State of São Paulo (DAESP). In 1941, he took up the invitation of Getúlio Vargas to be Ministry of Labor. The research has a documentary character that consists of three sets: the first and the second concern the newspapers *A Manhã*, *Correio Paulistano* and *O Radical* and the collection of the minister, available at the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil/CPDCCO/ Foundation Getúlio Vargas, which helped in the construction of Marcondes Filho public trajectory. The third set refers to the book, prepared by Marcondes Filho, *Trabalhadores do Brasil! Palestras do ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil, em 1942*, published by Revista dos Tribunais in 1943. Our goal is to identify the cultural mediation practices developed by Marcondes Filho when transmitting and circulating government messages to the intended social groups, categorizing them in the concept of intellectual mediator. His paternalistic tone (GOMES, 1988) in the program *Hora do Brasil* endorse the New State (Estado Novo) pedagogical political project. Alexandre Marcondes Filho is mentioned in some bibliographic productions in the field of Political History and Social Sciences as an important intellectual of his time. A politician without projects linked to education, he gets involved during the New State, in cultural mediation acts (GOMES; HANSEN, 2016), in favor of a specific policy for workers. Marcondes Filho develops a political intermediary function, specifically on the part of intellectuals who work in diverse fields (BOURDIEU, 1998). In the field of the History of Education, his act of mediation between the government and working class, still unexplored, may take a new look at education in an out-of-school space, and more specifically, on the education of workers.

Keywords: History of Education, Intellectual Mediators, Estado Novo, Workers Education, Press.

LISTA DE QUADROS

Quadro I. Membros da DAESP 1939-1945.....	32
Quadro II. Três meses de palestras 1942/ Trabalhadores do Brasil 1943.....	48
Quadro III. Título de <i>Trabalhadores do Brasil</i> 1943 e publicações das palestras no jornal <i>A Manhã</i>	49
Quadro IV. Título e datas das palestras em panfletos.....	54

LISTA DE IMAGENS

Imagem I - Marcondes Filho na <i>Hora do Brasil</i>	41
Imagem II - Palestra: O Pensamento de interesse da nação.....	49
Imagem III - Índice do livro <i>Trabalhadores do Brasil</i>	53
Imagem IV - Panfleto: Os proletários intelectuais.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

AMFc – Alexandre Marcondes Filho - Cartas/Correspondências

AMFpi – Alexandre Marcondes Filho - Produção intelectual

AMFtt – Alexandre Marcondes Filho - Produção de terceiros sobre Marcondes Filho.

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DAESP – Departamento Administrativo do Estado de São Paulo

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FUP – Frente Única Paulista

PD – Partido Democrático

PRP – Partido Republicano Paulista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

Introdução.....	12
1. Trajetória pública e intelectual de Alexandre Marcondes Filho.....	23
1.1.Marcondes Filho sua atuação no Partido Republicano Paulista e a Revolução de 1932.....	24
1.2. Da Assembleia Constituinte de 1934 ao DAESP.....	28
1.3. Ministro do Trabalho	33
1.4. O advogado, intelectual e político.....	35
2. Alexandre Marcondes Filho um intelectual mediador.....	40
2.1.Conceito de mediação e intelectual mediador.....	41
2.2.As palestras e os formatos de divulgação.....	45
3. Educação dos trabalhadores: a imprensa, o ministro e suas práticas de mediação entre governo e a classe trabalhadora.	56
3.1.Marcondes Filho: trabalhismo, getulismo, Educação e as palestras.....	56
3.2. Trabalhadores do Brasil! A educação por mediação de Marcondes Filho.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
FONTE.....	72
REFERÊNCIAS.....	72

Introdução

A dissertação a seguir pretende, num primeiro momento, abordar a trajetória do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Machado Filho desde o início de sua vida pública, observando os deslocamentos do sujeito no decorrer do Governo Provisório (1930-1934) até o seu posto no ministério. O segundo momento trata-se da categorização do objeto no conceito de intelectual mediador, a partir da bibliografia selecionada. O terceiro e último consiste em sua atuação frente à classe trabalhadora na elucidação das leis trabalhistas a partir de suas palestras, assumindo, assim, o papel de um intelectual mediador entre o governo de Getúlio Vargas e os trabalhadores.

Para tal, faz-se necessário conhecer o espaço político ocupado por Marcondes Filho antes e durante o governo provisório, para compreendermos o seu desempenho como ministro do Trabalho.

Em março de 1930, uma acirrada disputa eleitoral decorrente da crise política entre as oligarquias paulista e mineira resultou em dois nomes para a presidência da República: Júlio Prestes, do estado de São Paulo, pelo PRP (Partido Republicano Paulista), e Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, apoiado pela Aliança Liberal composta por Minas Gerais e Paraíba. O resultado dessa eleição deu a vitória ao candidato governista, Júlio Prestes. Entretanto, Prestes não ocupou o cargo de presidente devido ao levante armado liderado Vargas, denominado “Revolução² de 1930”. A revolução era necessária para restabelecer a ordem e romper com o passado liberal³, obstruindo o caminho “evolutivo normal” do país (GOMES, 1982, p. 114).

² Revolução ou Golpe? De acordo Hannah Arendt, o fato de que, originalmente, a palavra revolução signifique restauração é mais que uma “estranheza semântica” (ARENDR, 2018, p. 23), pois não necessariamente possa significar uma restauração, algo novo irrompendo com o regime anterior, mas um discurso que não necessariamente modifique a estrutura política por completo. O que seria, de fato, revolucionário. Decidimos continuar com o termo “revolução”, tal qual está no CPDOC, por se tratar de uma discussão que não é central nesta dissertação, apesar de pertinente.

³ O sentido liberal ao qual Ângela Gomes se refere é o liberalismo excessivamente objetivo e materialista que só via valores quantitativos do mundo e pretendia construir o progresso sem cogitar do homem em sua dimensão total, isto é, também subjetiva e espiritual. Excessivamente internacionalista, sem atentar para as especificidades nacionais, sem oferecer ao homem brasileiro uma direção própria e um objetivo de luta para construção nacional. Enfim, o Estado Liberal da Primeira República não conseguiria integrar o homem à terra brasileira: as instituições existentes colidiram com a realidade social. (GOMES, 1998, p. 208).

Após a tomada de poder e a instauração do Governo Provisório (1930-1934), o país precisou se reorganizar diante do caos político e econômico decorrente da crise de 1929⁴ (BUENO, 2007, p. 445). Com um Estado centralizado e intervencionista, investindo na industrialização do país, entre as mudanças significativas no setor do governo estava a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio⁵ como órgão de fiscalização, mediação e garantidor de direitos e deveres entre o empregador e a classe trabalhadora. Essas mudanças têm importância para os trabalhadores, visto que, a partir de um órgão específico para a classe, o Estado estaria a amparar e a garantir uma instabilidade inexistente até 1930.

Mesmo com a garantia de alguns direitos, durante o Governo Provisório, a governabilidade de Vargas enfrentou resistência, principalmente dos representantes da oligarquia paulista, neste trabalho evidenciado pelo Partido Republicano Paulista, com a Constitucionalista de 1932.

Após o conflito de 1932 e a convocação de uma assembleia constituinte em 1933, Vargas lançou a candidatura da presidência da República e iniciou um trabalho de base entre políticos para manter-se no cargo. Vargas obteve a maioria dos votos, um total de 175, e o segundo candidato, Borges de Medeiros, obteve 59 votos, seguido por: Góis Monteiro (quatro votos); Protógenes Guimarães (dois votos); Raul Fernandes (um voto); Artur Bernardes (um voto); Afrânio de Melo Franco (um voto); Oscar Weinschenck (um voto); Paim Filho (um voto); Levi Carneiro (um voto)⁶.

Getúlio Vargas, no exercício de presidente constitucional, empenhou um discurso anticomunista, adotando uma série de medidas repressivas que, segundo Dulce Chaves Pandolfi e Mario Grynszpan, estavam centradas no combate ao comunismo e na sucessão presidencial (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 1997). Vargas teria o fim do seu mandato, sem reeleição, de acordo com a Constituição, em 1938. Novas eleições diretas deveriam ser convocadas, porém

⁴ Crise financeira detonada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, Estados Unidos da América, em 1929. A economia norte-americana vinha experimentando um boom artificial, alimentado por grandes movimentos especulativos nas bolsas e pela supervalorização de ações sem a cobertura adequada. Em 24 de outubro ocorreu a chamada “quinta-feira negra”, um movimento generalizado de vendas levou à brusca queda nos preços das ações e ao pânico generalizado. A crise também teve severos efeitos na América Latina, cuja economia agroexportadora foi altamente afetada pela retração nos investimentos estrangeiros e a redução das exportações de matérias-primas. Ver: CPDOC: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria/Crise29>

⁵ Criado em 26 de Novembro de 1930 durante o Governo Provisório e extinto em 01 de Janeiro de 2019 no governo vigente sob o nome de Ministério do Trabalho.

⁶ Verbete. Assembleia Nacional Constituinte de 1934. CPDOC. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1934>

Vargas apresentou à nação uma nova Constituição, considerada centralizadora e autoritária, dando um novo golpe em dez de novembro de 1937, surgindo o período compreendido na História do Brasil como Estado Novo.

O Estado Novo (1937-1945) tem instigado muitos pesquisadores ao longo dos anos devido a sua riqueza de transformações sociais ocorridas dentro de uma ditadura. Com características nacionalistas, corporativistas e desenvolvimentistas, Vargas instaurou uma ditadura com perseguições a seus opositores, discurso anticomunista e repressão a manifestações. Diante de toda a repressão imposta pelo regime, o Estado, objetivando a construção de uma nova nação com investimentos na industrialização e a modernização do país, também implementou medidas nas áreas de cultura, trabalho e educação. A partir de 1941, sob o comando de Alexandre Marcondes Filho, a pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio iniciou uma aproximação com os trabalhadores, tendo como pauta principal a legislação trabalhista a ser efetivada, que resultaria na criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

A escolha por concentrar a pesquisa em Marcondes Filho deve-se à sua atuação enquanto ministro do trabalho ao dirigir-se semanalmente aos trabalhadores brasileiros, esclarecendo-os sobre as legislações trabalhistas vigentes e as futuras implementações. Elegemos especificamente o ano de 1942 porque tivemos acesso às suas palestras reunidas e publicadas em livro, intitulado *Trabalhadores do Brasil! Palestras de Marcondes Filho na Hora do Brasil, em 1942*, disponível na biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais⁷. O objetivo central é identificar as práticas de mediação entre governo e classe trabalhadora que nos permitem categorizar Marcondes Filho como um intelectual mediador. Para chegarmos à compreensão das palestras como instrumento de mediação, dois movimentos foram imprescindíveis: o primeiro consiste em compreender a trajetória intelectual e pública de Marcondes Filho, construindo esse sujeito em seu espaço político de atuação, a rede de sociabilidade à qual era pertencente, no que antecede sua incorporação ao Estado Novo. O segundo refere-se às palestras, à sua atuação como mediador e à representação do governo na figura de Getúlio Vargas perante os trabalhadores.

⁷ 331.81 M321t 1943 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

A presente pesquisa está pautada em análises documentais que consistem do livro de autoria do ministro Marcondes Filho, já mencionado, e acesso aos arquivos reunidos no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV/RJ), localizado no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. O primeiro contato com o arquivo se deu *online* para seleção prévia via mecanismos de busca com o nome de Alexandre Marcondes Filho. No *site* há restrições no que tange ao conteúdo e somente os resumos dos documentos estão disponíveis sem informações mais detalhadas. O acesso físico ao arquivo tornou-se imprescindível para esta dissertação, tendo em conta o volume do material referente a Marcondes Filho ali existente e a relevância do mesmo.

Seguindo as orientações disponíveis no *site*, um primeiro contato foi realizado via e-mail para confirmação do horário, dias de funcionamento e procedimento para o agendamento. Presencialmente é exigido um cadastro que permite, por um ano, o acesso ao CPDOC. Após cumprir com os protocolos, estive no arquivo entre os dias 19 a 22 de fevereiro de 2019, e o primeiro contato foi um levantamento do fundo que é composto por um total de 1.271 documentos divididos entre documentos pessoais, correspondências, produção de terceiros e produção intelectual. Para conhecer melhor quem foi Marcondes Filho, ampliei a leitura documental para o período entre 1926, quando tem início sua vida política, e 1945, quando chega ao fim o Estado Novo.

Os documentos pessoais e as correspondências foram lidos a partir de assuntos e resumos no sistema de busca e avaliados como relevantes para a pesquisa. Infelizmente não encontramos diplomas nem informações sobre a filiação ao Partido Republicano Paulista⁸ - PRP. Dentre as produções de terceiros, totalizando 9 documentos, selecionamos um que tratava diretamente de seus discursos publicado pela *Revista da Semana*, em 1955, intitulado *O Homem que o PTB⁹ esqueceu*, escrito por Augusto de Almeida Filho. Dedicamos o maior tempo possível para a pesquisa sobre a produção intelectual de Marcondes Filho. Essa parte do acervo reúne 221 documentos, dos quais selecionamos 147, referentes ao período de 1926 a 1945, o que nos permitiu adentrar no espaço temporal de sua atuação política como membro atuante do

⁸ Fundado em 3 de julho de 1873. Foi o principal partido da República Velha, sendo extinto por decreto em Dezembro de 1937, juntamente com os demais partidos do país, logo após a implementação do Estado Novo. CPDOC.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>

⁹ Partido Trabalhista do Brasileiro, criado em Março de 1945, no fim do Estado Novo. Sua principal base política eram os trabalhadores urbanos, cujas entidades sindicais eram controladas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como articuladores do Partido estão: José Segadas Viana, Paulo Baeta Neves e Alexandre Marcondes Filho.

ver CPDOC: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB>

PRP, ocupando cargos de vereador, deputado federal e Ministro do Trabalho, eixo de fundamental importância para conhecer a trajetória pública desse sujeito.

Dentre os documentos a que tivemos acesso, chamou-nos atenção o fundo AMFpi 1942.06.25, que indicava conter as palestras do ministro. Curiosamente, o livro-base da nossa dissertação, *Trabalhadores do Brasil*, não foi encontrado no arquivo destinado às palestras e em nenhuma outra pasta referida a Marcondes Filho. Identificamos a reunião de Augusto de Almeida Filho, intitulada *Três meses de palestra com operários do Brasil*, e 8 panfletos com algumas das conferências proferidas em 1942.

A utilização dos jornais *A Manhã*, *Correio Paulistano* e *O Radical* nesta pesquisa tem por fundamento ratificar as publicações das palestras que estão reunidas no livro e alusões dirigidas à pessoa de Marcondes Filho no período anterior e posterior à sua posse no Ministério do Trabalho. São jornais de situação, sem críticas ao governo e a Marcondes Filho. O jornal *A Manhã* selecionado refere-se ao fundado no ano de 1941. Segundo Nelson Werneck Sodré, são três os jornais com o título *A Manhã*: o primeiro foi publicado em 1920; outro em 1935; e um terceiro em 1941, bastante alinhado com o governo. Os primeiros eram oposicionistas à política vigente no período em que circularam (SODRÉ, 1966). O jornal *A Manhã* usado neste trabalho encerrou suas atividades no ano 1953.

O *Correio Paulistano*, nascido no período regencial no ano de 1854, em São Paulo, primeiramente liberal, em pouco tempo alinou-se ao discurso conservador. A partir de 1874 adotou uma linha reformista em consonância com o Partido Republicano Paulista de 1873, tornando-se um porta-voz do partido que representava as oligarquias rurais paulistas. Com o advento da República, o *Correio Paulistano* manteve-se como porta-voz das ideias oligárquicas defendidas pelo PRP, veiculando campanhas para o candidato e presidente eleito Washington Luiz e Júlio Prestes, que não assumiram os cargos devido à Revolução de 1930 (COHN, 2001). O jornal, por ser de oposição a Getúlio Vargas, foi suspenso nos primeiros anos do Governo Provisório, retornando somente em 1934. Em 1937, com o Estado Novo, o *Correio Paulistano* “aproveitou-se da aproximação de Getúlio Vargas com antigos defensores da oligarquia” (ESTEVEES, 2017, p. 80) para alinhar suas atividades à ideologia propagandista do governo. Entre mudanças no comando do periódico, ora neutro, ora explícito em suas posições políticas, o *Correio Paulistano* resistiu até o ano 1963 quando deixou de circular definitivamente.

O Radical, fundado em 1932, no Rio de Janeiro, em seu início foi opositor a Getúlio Vargas, cresceu sob a reivindicação da retomada da institucionalização no país e, sob censura,

como tantos outros, logo passou a não agredir diretamente Vargas. Sua atuação popularizou-se “pela ênfase ao noticiário trabalhista, sindical e policial”, dando voz “às reivindicações imediatas dos trabalhadores” e “ampla cobertura às greves e convocações de assembléias, à atuação dos sindicatos e às condições de trabalho e de vida dos operários”.¹⁰ No ano 1936, o jornal não circulou durante 60 dias, como punição a uma foto de uma mãe com uma criança em seu colo, sob o título *Nasce uma criança*, em referência indireta a Olga Benário Prestes¹¹, que seria deportada pelo regime de Getúlio Vargas.

Após a sanção, *O Radical* manteve-se crítico com resguardo a Vargas, mirando as reivindicações a seus auxiliares, incluindo Marcondes Filho. No Estado Novo, popularizou-se por temas trabalhistas, policiais e condições da vida dos trabalhadores¹². Em 1945, com o fim do Estado Novo, assumiu uma neutralidade sem apoiar ou criticar o novo governo; nos anos 1950, retornou com Vargas, porém, devido às dívidas, o jornal foi fechado em 1954.

A busca no *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, na qual foi possível ter acesso aos jornais digitalizados, deu-se da seguinte forma: 1) pesquisa pelo nome de Marcondes Filho; 2) período de 1940-1949, com um total de 3.553 ocorrências.

Justificamos que este trabalho centra-se no objeto como um intelectual mediador a partir de suas práticas ministeriais; portanto, os questionamentos, as resistências às implementações trabalhistas e receptividade das palestras não estão na discussão desta dissertação.

O rádio e o Estado Novo

A importância do rádio e o impacto como instrumento de publicização e propaganda política a partir dos anos 1930 será ainda mais evidente a partir da implementação do Estado Novo. Em um país de maioria analfabeta e sem condições de acesso à educação mínima, o rádio se torna uma mídia de fácil acesso e maior alcance para se ouvir e compreender as informações do governo. Embora não necessariamente abordemos o rádio especificamente como fonte, não

¹⁰ O Radical. Fonte: CPDOC. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>

¹¹ Olga Gutman Benário, 1908-1943. Foi membro do Partido Comunista Alemão, chegando ao Brasil em 1935. Foi companheira de luta e vida de Luís Carlos Prestes. Com a caça aos comunistas imposta por Getúlio Vargas, durante alguns meses, Prestes e Olga conseguiram ainda viver na clandestinidade, mas em março de 1936 foram capturados pela polícia. Mesmo estando grávida, Olga foi deportada para a Alemanha, em setembro daquele ano, sendo entregue à Gestapo (polícia política alemã). Foi, então, enviada para um campo de concentração nazista, onde deu à luz Anita Leocádia Prestes. Sob intensa campanha internacional pela sua libertação, Anita seria posteriormente resgatada por sua avó paterna. Olga Benário, no entanto, continuou presa. Morreu executada pelos nazistas, em 1942. Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹² Verbete. O Radical. CPDCO. Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>

podemos desconsiderar esse aspecto completamente, já que Marcondes Filho transmitia suas palestras por meio desse canal.

O desenvolvimento de um projeto de pesquisa perpassa inúmeras fases, contínuas e descontínuas, até o objeto final (BLOCH, 2001). O processo que nos levou até o ministro Alexandre Marcondes Filho passou pela história do rádio e do programa *Hora do Brasil* (LEITE, 2001). Uma pesquisa de mestrado, por vezes, pode ser o aprofundamento de projetos de iniciação científica ou monografias, mas neste caso o interesse pelo período abordado antecede minha graduação. O despertar para a História foi cultivado no seio familiar pelos meus avós Navantino Nunes (1921-2000) e Manoel Henrique (1922-1997), que exageravam em seus contos fantasiosos relacionados aos fatos históricos da política nacional. Getulistas, passavam horas do dia falando com saudosismo da era Vargas e explicando como eram habilidosos em subir e descer dos bondes. Em geral, o jingle do programa *Voz do Brasil* reunia-os em torno do rádio e, atentos, informavam-se sobre a situação política. O ano era 1997.

O rádio no Brasil consolidou-se entre os anos 1935 e 1955, segundo Maria Elvira Bonavita Federico em *História da Comunicação: rádio e TV no Brasil* (1994). Porém, a primeira transmissão radiofônica oficial¹³ no país ocorreu em setembro de 1923, na comemoração do centenário da independência do Brasil, com o discurso do presidente Epitácio Pessoa¹⁴ (1865-1942). Edgar Roquette-Pinto (1884-1954) fundou a primeira rádio oficial, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no ano 1923, com o intuito de difundir cultura e educação no país (LIMA; MIRANDA DE SÁ, 2009). Em 27 de maio de 1930, durante o Governo Provisório, Getúlio Vargas assinou o decreto-federal nº 20.047 que regulamentava os serviços de radiocomunicação. O programa *Hora do Brasil* foi transmitido oficialmente em rede nacional em 1938 e é, atualmente, o mais antigo do país, ganhando força a partir da implantação do Estado Novo em 1937. Vargas vislumbrava o rádio como um importante instrumento político, espelhando-se na experiência europeia dos regimes ditatoriais de Adolf Hitler (1889-1945) na Alemanha e Benito Mussolini (1883-1945) na Itália, que lançaram mão de propagandas políticas por meio de linguagem simples, estimulando emoções e imaginário; através do rádio o principal meio de divulgação da ideologia em voga para a população, “a moral e a educação estavam subordinadas a ela” (CAPELATO, 1998, p.74).

¹³A Rádio Clube de Pernambuco fez sua primeira transmissão em 6 de abril de 1919, em Recife, porém não teve reconhecimento oficial.

¹⁴Presidente da República entre os anos 1919 e 1922.

Antônio Carlos Silva, no artigo *O Nacionalismo nas Ondas do Rádio*, analisou a utilização do rádio como suporte político por Getúlio Vargas com intuito de popularizar o uso desse veículo de comunicação. Por meio da autorização de propagandas, o aparelho tornou-se mais acessível à população, estabelecida no mesmo decreto que publicizava o objetivo com a programação nacional de Nº 21.111, de 1º de Março de 1932:

ART.69. O programa nacional é destinado a ser ouvido, ao mesmo tempo, em todo território do país, em horas determinadas, e versará sobre assuntos educacionais, de ordem política, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística, obedecendo à orientação que for estabelecida de acordo com o disposto neste regulamento.¹⁵

Segundo Lilia Pedrosa, o governo trabalhou para padronizar e massificar ideologicamente a classe trabalhadora, considerando o rádio um instrumento facilitador por atingir pontos longínquos do território nacional, em prol da unificação da nação:

O governo da União procurará estender-se a propósito com os Estados e municípios de modo que mesmo nas pequenas aglomerações sejam instalados rádio receptores providos de alto-falantes em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informações úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses da nação. (PEDROSA, 1995, p. 47).

O órgão responsável pela fiscalização do rádio foi criado durante o Estado Novo como um mecanismo de controle – o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939¹⁶. Sua estruturação estava distribuída em seis setores: divisão de divulgação, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares e o radiofônico. De acordo com Capelato,

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre diretrizes doutrinárias do regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira (CAPELATO, 1998 p. 81).

¹⁵ Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/3/1932, página 3914.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>

¹⁶ Antecessores: Departamento Oficial de Publicidade (1931), Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934), Departamento Nacional de Propaganda (1938) – os dois últimos, durante o governo provisório - que já vinham implantando a censura.

A construção de uma identidade nacional ambicionada pelo governo era supervisionada pelo DIP, por meio de diversas intervenções, tais como: promoção e organização de manifestações cívicas, festas patrióticas, concertos musicais. O programa *Hora do Brasil* é um bom exemplo da atuação do DIP para alcançar as massas, evidenciando a importância em empenhar-se na construção dessa nova nação com a intervenção enérgica do Estado, sob o controle do DIP.

Rádio e Educação

Dentre os trabalhos que discorrem sobre o uso do rádio como ferramenta política de difusão educacional, tomamos contato com a dissertação de mestrado de Fernando Gurgueira, intitulada *A integração nacional pelas ondas: o rádio no estado novo* (1995). O autor destaca o projeto educativo do rádio como ferramenta da integração nacional, buscando entender a organização de ideólogos políticos nos primeiros anos da radiodifusão e estabelecendo a ligação com a construção da nação por meio da ação educativa.

Renato Gilioli, em *Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto* (2008), traça a primeira experiência do rádio como tecnologia educacional: a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, ganhando força com as reformas educacionais de ensino nas quais a educação pelo rádio alcançaria um número considerável de pessoas, civilizando-as e tendo como vanguarda os intelectuais para moldar as massas e conduzir a classe política para assegurar o desenvolvimento nacional.

Patricia Coelho da Costa, na tese *Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*, aborda as rádios educativas nos anos 1935 a 1950, detalhando a trajetória dos rádioeducadores e seus conceitos de educação transmitidos pelo rádio.

Após perpassar os estudos sobre o rádio e constatar a importância de tal instrumento ligado aos projetos de educação com intuito claramente educacional, voltamos nossa atenção ao programa *Hora do Brasil*, especificamente as palestras de Marcondes Filho. Despertou-nos o interesse de investigar o processo de educação da classe trabalhadora em um programa que não abordava assuntos escolares, mas, sim, interesses em torno da legislação trabalhista.

Assim, percebe-se que a relação de educar a população tem íntima convivência com a formação política social dessa época. Ao identificarmos atores com grande influência nessa

valerosa ferramenta, concluímos pela a importância de pensarmos mais a fundo de Marcondes Filho.

As referências a Alexandre Marcondes Filho

Ao pesquisar as produções relacionadas a Alexandre Marcondes Filho, sua pessoa aparece diretamente associada à de Vargas no sentido de coadjuvante durante o Estado Novo e mesmo após, com o movimento Queremista (o qual excede ao nosso recorte temporal), e não como protagonista em relação à classe trabalhadora e à criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Situam-no nos campos jurídico (sobre o qual nossa pesquisa não se debruçará), na história política e nas ciências sociais. Entre os trabalhos selecionados, a principal referência é o livro de Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo* (1998), no qual dedica os capítulos VI (A Invenção do Trabalhismo) e VII (Trabalhismo e Corporativismo) à atuação do ministro Marcondes Filho e suas conferências à frente do programa *Hora do Brasil*. Em *o Arroz e feijão, discos e livros – História do Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1940-1964* (2014), de Ana Maria da Costa Evangelista, destacam-se trechos das falas do ministro no que se refere à importância dos postos de subsistência do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)¹⁷. Nelson Jahr Garcia, em *Estado Novo, ideologia e propaganda política* (1999), aproxima-se um pouco da nossa pesquisa ao abordar os discursos de Marcondes Filho e sua contribuição para a construção de uma identidade do trabalhador brasileiro, em que “difundiam-se inúmeras mensagens de cunho nacional patriótico de forma a enaltecer a nação e despertar, na população, o orgulho pela sua nacionalidade”. (GARCIA, 1999, p. 114-115).

Nas pesquisas do campo da História da Educação, é comum encontrarmos sujeitos bacharéis, médicos e jornalistas por exemplo, escrevendo sobre educação no Brasil. Ao inserir Marcondes Filho, estamos apresentando um indivíduo que, tradicionalmente, enquadra-se nos conceitos de intelectual e político tradicional que desempenha uma atividade com práticas pedagógicas, concentrando nossa hipótese em categorizá-lo no conceito de intelectual mediador, aqui desenvolvido a partir do trabalho de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen em *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política* (2016), abordando suas práticas

¹⁷ Período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Contexto de carestia e de escassez de produtos. Isso justificava a criação dos Postos ou Armazéns de Subsistência, que vendiam gêneros alimentícios, material de limpeza e produtos de higiene pessoal, a preços subsidiados pelo governo, bem menores que os praticados pelo comércio. Ver: Falando aos Trabalhadores do Brasil e ouvindo sua voz, p. 2.
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434050056_ARQUIVO_TextocompletoparaANPUH2015.pdf. Consultado em 05 de fevereiro de 2019.

em relação à classe trabalhadora em espaço não escolarizado. Outro conceito de importância para esta pesquisa é o de *representação* explorado por Roger Chartier.

No que se refere à organização da dissertação, esta se desenvolve em três capítulos. O primeiro consiste em analisar a trajetória pública e intelectual do sujeito, apresentando o contexto histórico do período, os deslocamentos do objeto, a construção da sua imagem, alianças políticas e a oposição ao governo de Getúlio Vargas.

O segundo capítulo é composto pela delimitação dos conceitos trabalhados em torno da nossa hipótese, a de Marcondes Filho como um intelectual mediador, expondo os conceitos por nós selecionados mediante a bibliografia, com intuito de identificar o objeto no recorte estabelecido pelos autores. Neste capítulo, tratamos também da materialidade das palestras e suas diversificadas formas de divulgação para sociedade, com dados em arquivos e jornais para analisarmos a tentativa do governo de se propagar por meio delas.

O terceiro capítulo analisa algumas palestras trazendo trechos que abordam o sentido educacional proposto pelo Estado Novo para a classe trabalhadora. Evidencia-se como o Estado, personificado por Vargas, quer se ver representado, utilizando o conceito de representação de Chartier como base teórica, ao ter como pano de fundo a legislação trabalhista em prol da sustentação e fortalecimento da imagem do presidente.

1. Trajetória intelectual e pública de Alexandre Marcondes Filho

Trataremos da trajetória de Marcondes Filho, partindo de sua graduação, quando estabeleceu os primeiros contatos com sujeitos representativos da política paulista, para posteriormente abordarmos a atuação como vereador e deputado, bem como seu desempenho no Partido Republicano Paulista. As notas nos jornais nos revelam um olhar sobre suas atividades parlamentares, como também considerações sobre sua oratória e publicações de livros; permitindo, ainda, vislumbrar sua oposição a Getúlio Vargas no decorrer do Governo Provisório até se tornar um integrante do Estado Novo culminando no posto de ministro do Trabalho em 1941.

Alexandre Marcondes Machado Filho nasceu em 3 de agosto do ano de 1892 na cidade de São Paulo, filho de Alexandre Marcondes Machado e Albertina Marcondes Machado. Coursou o secundário no Colégio São Luís em Itu e, mais tarde, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, graduando-se em 1914. Ainda como estudante de Direito, Marcondes trabalhou no escritório do jurista Alfredo Pujol¹⁸, que foi companheiro e advogado de Rui Barbosa¹⁹ na Campanha Civilista (1910). Posteriormente, atuou como secretário de Bernardino de Campos²⁰, importante membro do Partido Republicano Paulista (PRP)²¹, então dominante no estado e muito influente na vida nacional. Em seu período acadêmico, Marcondes Filho conviveu com o mundo político, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (MAYER, p.1). Bacharelou-se em 1914; atuou como promotor público, exonerando-se posteriormente para exercer atividade especializada no campo do direito comercial em um escritório de advocacia paulista, optando pela “luta nos tribunais à carreira metódica e tranquila de um cargo público”²². Os caminhos acadêmicos levaram Marcondes Filho a ter contato com políticos renomados e sua atuação como um dos membros fundadores do Instituto dos Advogados de São Paulo o conduziu para a vida pública. Em 1926 foi eleito para a Câmara de Vereadores de

¹⁸ Advogado, jornalista, crítico literário, político e orador brasileiro. Deputado federal e secretário de governo do presidente de São Paulo Bernardino de Campos. Verbete. CPDOC.

¹⁹ Jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Foi também Deputado e Senador. Verbete. CPDOC.
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARBOSA,%20Rui.pdf>

²⁰ Advogado e político brasileiro. Deputado (1891-1892), Senador (1896) e Ministro da Fazenda (1896-1898). Verbete. CPDOC.
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Bernardino%20de.pdf>

²¹ Fundado em 3 de julho de 1873. Foi o principal partido da República Velha sendo extinto por decreto em Dezembro de 1937 juntamente com os demais partidos do país, logo após a implementação do Estado Novo. CPDOC.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>

²² *Revista da Semana*, artigo de Augusto de Almeida Filho: o homem que o PTB esqueceu. Fonte: CPDOC. AMF tt Almeida Filho, A, 1955.00.00.

São Paulo e designado líder da bancada situacionista²³. No ano seguinte, foi eleito Deputado Federal para a legislatura 1927-1930.

1.1. Marcondes Filho: sua atuação no Partido Republicano Paulista e a Revolução de 1932

Filiado ao Partido Republicano Paulista, Alexandre Marcondes Filho tinha por obstáculo o recém-fundado Partido Democrático²⁴ (PD), que era a oposição liberal ao PRP. Sistemáticamente, combatia as propostas dos democratas e seu partido, estando na situação, tinha maioria eleita em apoio ao governo de Washington Luís. De acordo com a documentação consultada, podemos observar o tratamento dado por Marcondes Filho à imprensa, considerando-a como uma forte aliada para os interesses políticos partidários na popularização junto às camadas populares. Preocupado com os avanços do Partido Democrático, utilizando-se dos meios midiáticos impressos para tal finalidade, escreveu uma carta a Silvio de Campos²⁵. Na carta, Marcondes Filho alertava o diretor do PRP sobre as desvantagens de seu partido perante o concorrente, expondo as diversas estratégias adotadas por este: a) instalações de diretórios em 30 importantes cidades, b) adesão de mais de 20.000 de pessoas de diversas classes sociais [sic], c) cerca de 6 jornais populares atuando a favor do PD. Marcondes Filho questionava, portanto, o que o partido estava fazendo em relação à movimentação do recente opositor político, e ele mesmo respondeu: “Nada: inércia, tolerância”²⁶.

Considerando que a inércia em política significa “benevolência para o adversário”, poupando “o inimigo”²⁷, Marcondes Filho sugeriu, de acordo com a sua “mais contida opinião”, que o PRP se organizasse mais popularmente perante aos eleitores paulistas. Para tal, questionou como o partido sairia da “excepcional gravidade” que atravessava e como deveria reagir para revigorar a atividade partidária. Logo, sugeriu: “a primeira delas seria a instalação de uma comissão que ficaria dividida nas seguintes seções: a) política da capital, b) propaganda partidária, c) alistamento eleitoral, no Estado em geral e, principalmente, na capital.”

²³ Marcondes Filho com o PRP apoiava o então presidente da República Washington Luís, que era situação antes do Golpe/Revolução de 1930. Fonte: CPDOC.

²⁴ Fundado em 1925, fim do partido no ano de 1934, sob fusão com outros partidos originando o Partido Constitucionalista.

²⁵ Silvio de Campos, 1884, filho de Bernardino Campos, advogado, paulista, foi deputado federal 1924-1930; const. 1946; dep. fed. SP 1946-1951. Faleceu em 1952. Ver. CPDOC: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20S%C3%ADlvio%20de.pdf>

²⁶ AMFc 1926.07.00 p. 3.

²⁷ AMFc 1926.07.00 p. 7.

A atenção especial que Marcondes Filho direcionou como estratégia para o partido no campo da propaganda foi inspirada no regime de Mussolini. No decorrer do documento, Marcondes Filho evidencia as atividades implementadas na Itália, considerada por ele inovadoras, como um exemplo a ser seguido por seu partido. Referindo-se a Mussolini, esclarecia que “para um estadista moderno, conseqüentemente, a imprensa está acima dos parlamentos”.²⁸ A modernidade a qual Marcondes Filho se refere perpassa pela imprensa e sua exploração para uso político. O documento, datado de 1926, demonstra como Marcondes Filho apreciava o tratamento que o governo italiano destinava à imprensa. Infelizmente, o mesmo não nos permite observar se ele tinha clareza do que se passava na Itália no período referente à censura e ao totalitarismo e suas conseqüências.

Para explicitar o seu descontentamento em relação à atenção que o partido destinava à imprensa, citou efusivamente o desempenho do PD com seis jornais populares enquanto o PRP dispunha de um único jornal, o *Correio Paulistano*, que, segundo ele, “praticamente não é um jornal partidário na moderna acepção da palavra”. Também argumentava que o *Correio* “jamais poderá ser um jornal de vibração, tonalidades fortes e paixão” por ser o órgão oficial do partido, e conseqüentemente, dispunha de uma linguagem própria e, de certa forma, limitada para tal função. O fato de o *Correio* não se adequar à nova realidade de propaganda política resultava num prejuízo direto do seu partido em relação ao espaço que o opositor vinha adquirindo politicamente. Marcondes Filho afirmou:

Um partido sem jornal, ou melhor, jornais modernos com os processos de bisturi, “ferrie”, colaborações especializadas, informações, perdoe-me, por meu Deus, a comparação, é um gramophone sem disco. O Partido Republicano Paulista precisa já ao menos de um jornal. Comprado, subvencionado, fundado. A nova comissão fará - digo fará - o jornal. Os meios existem. O “querer” verbal também existe. Falta apenas o “querer” ação. (AMFc, 1926, p. 20. grifos de Alexandre Marcondes Filho.)

E decretava: “o dilema é feroz: ou o jornal ou o declive do prestígio”. Justificou-se ao dizer da sua boa vontade perante a todos os seus esforços e dedicação ao partido, que não foi feito na política e, conseqüentemente, suas emoções eram perceptíveis no campo de atuação:

A impassibilidade e a inércia com que se assiste a luta brilhante do Partido Democrático e a destruição lenta do meu Partido, não se coadunam

²⁸ AMFc 1926.07.00, p. 9.

absolutamente com o meu temperamento. Terei sido irreverente? Terei sido excessivo? Entrei no seu index? Espero que não.

Mas antes que isso aconteça permita-me, a mim que o acompanharei, indefectivelmente qualquer que seja o destino, que lhe diga bem alto: O tempo ajuda os homens da ação e destrói os fracos. O Partido Republicano Paulista, se persistir no marasmo em que está vivendo, caminha a largos passos para o seu Waterloo. Eu lá estarei, no esquadrão de Cambrone e no tope da minha lança há de agitar-se a flâmula da minha leal dedicação a Sylvio de Campos (AMFc, 1926, p. 19-20).

Diante da organização jornalística do Partido Democrático em apoio à Aliança Liberal²⁹ liderada por Getúlio Vargas, Marcondes Filho formulou, em 1926, o *São Paulo-Jornal*³⁰ para apoiar o governo de Washington Luís e a candidatura de Júlio Prestes. Marcondes Filho observava a imprensa como um instrumento a ser explorado politicamente e, frente aos avanços da oposição, citou uma frase presente no livro do filósofo Gustave Le-Bon, *As incertezas da hora atual*³¹, para reforçar suas sugestões e preocupação: “não resistir, politicamente, a um fôlego antagônico nascente é condenar-se a vê-lo irresistível” (1923 p. 10 apud FILHO MARCONDES, 1926, p 1). As atividades de Marcondes Filho na imprensa partidária estendeu-se para a atuação como redator do *O País* e, a partir de 1940, após o período de disputa de espaço na política paulista, tornou-se diretor do jornal *A Noite* (GUIMARÃES, 1981).

No processo eleitoral de 1930, Marcondes Filho elegeu-se Deputado Federal e Júlio Prestes foi eleito para o cargo de Presidente da República, que, posteriormente, foi contestado em meio à tensão suscitada pela oposição. Enquanto a oposição se preparava para um levante armado contra o governo federal, o deputado proferiu um discurso enérgico em favor do resultado das eleições e contra a hipótese de fraude no processo eleitoral:

Afirmo desta tribuna, e creio interpretar o sentir da maioria, que confiamos no Exército Nacional, que respeitamos, e honramos, e porque o honramos e

²⁹ Movimento oposicionista de âmbito nacional por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Após sua derrota nas eleições, muitos de seus integrantes aderiram à tese da insurreição armada, vitoriosa afinal com a revolução de outubro de 1930. Verbetes. CPDOC:

<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-liberal>

³⁰ Foram encontrados 4 exemplares do São Paulo-Jornal, sendo: 2 exemplares de Fevereiro 1926 e 2 exemplares de Junho e Julho de 1927. Disponíveis para consulta *in loco* no Arquivo Público de São Paulo.

³¹ Gustave Le Bon, *Incetezas da Hora Atual. Reflexões sobre política, guerras, alianças, vida, lei, moral, religiões, filosofias, etc.* (1923). Paris: Ernert Flammarion, Editora, 1923.

respeitamos é que repelimos a injusta hipótese de que seja capaz de deixar-se iludir em favor da fraude (AMFpi, 1930, p. 2).

Seguiu defendendo que, de fato, houve irregularidades em alguns processos eleitorais, mas não o suficiente para que se prejudicasse a eleição:

falhas existem no regime eleitoral, devemos corrigi-las, e que tanto os votos conferidos ao snr. Getúlio Vargas, como os atribuídos ao snr. Júlio Prestes, o foram na vigência da mesma lei, segundo o mesmo processo que queremos aperfeiçoar, por todo um mesmo povo que igualmente exerceu o direito concedido (AMFpi, 1930, p. 6).

Porém, em 3 de Novembro de 1930, após a deflagração da Revolução e 21 dias de conflito, o Governo Provisório foi instaurado. Todas as atividades parlamentares e partidárias foram suspensas; Marcondes Filho viu o seu jornal fechado e o mandato de deputado cassado.

Após a vitória da Revolução de 1930 e o cerceamento das atividades políticas no país, as lideranças tradicionais de São Paulo em conflito com os apoiadores do governo provisório, que incluía o PD, protagonizaram uma acirrada disputa de poder. As vias tradicionais políticas às quais o PRP pertencia defendiam a autonomia estadual e a reconstitucionalização do país; em contrapartida o PD se aliou à Aliança Liberal.

O rompimento do Partido Democrático com o governo provisório foi desencadeado pela insatisfação com a escolha de João Alberto Lins de Barros³² para exercer o cargo de interventor em São Paulo³³. Tanto os democratas quanto os perrepistas se opuseram a João Alberto, principalmente após suas medidas favoráveis à classe média, à oficialidade militar e a setores do operariado, acirrando a tensão com tais partidos. Esse conflito evoluiu para uma ruptura, em que os dois partidos elaboraram um manifesto acusando João Alberto de manter no governo “elementos inconvenientes à tranquilidade geral”, perseguir “ilustres paulistas” e estimular as atividades da Legião Revolucionária.

O documento defendia ainda a formação de uma frente única em São Paulo para lutar pela convocação de uma assembleia nacional constituinte e a devolução da autonomia estadual.

³² João Alberto Lins de Barros. Militar e político brasileiro. Nascido em Recife 1897, falecido em Rio de Janeiro 1955. Verbete. CPDOC:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>

³³ Verbete Revolução de 1932. Verbete CPDOC:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1932-1>. Acessado em: 25 de fev. 2019.

Em 1931 eclodiram diversos movimentos contrários ao governo somando forças insatisfatórias que, em 1932, deram origem à chamada Revolução Constitucionalista. A aproximação entre perrepistas e democratas, os principais partidos de São Paulo, deu-se nesse contexto de conflito com o governo provisório em que as forças paulistas deveriam se aliar aos inimigos de outrora em luta contra a centralização de poder e pela “união de São Paulo contra a humilhação de São Paulo” (CAPELATO, 1982, p. 52).

A consequência dessa aproximação foi o nascimento da Frente Única Paulista (FUP) com a participação de vinte e duas associações profissionais que assinaram uma declaração de apoio irrestrito à “união sagrada de todos os paulistas”, iniciada com a aliança entre o PD e o PRP. Essas associações endossaram o convite para o comício da Liga Paulista Pró-Constituinte, em 24 de fevereiro de 1932 na Praça da Sé. Sobre a Revolução Constitucionalista, comparando com a Revolução de 1930, Marcondes Filho afirmou:

A maior dellas, a mais sagrada, a da restituição do Brasil à ordem legal, foi necessário que São Paulo - a grande victima - lh (*sic*) a arrancasse pelas armas, na revolução de 1932. Foi esta, no seu paradoxo - uma revolução da legalidade, uma contra-revolução reconstructiva - a verdadeira revolução que agitou nossa terra, com o sopro renovador das nobres ambições. Como fica pequenina, ao pé da epopéia paulista, a revolução de 1930 (AMFpi, 1934, p. 13)³⁴.

A FUP consolidou-se “como entidade opositora à continuidade do governo revolucionário instaurado por Vargas e pelos tenentes” (ESTEVEES, 2017, p. 38). Entretanto, deflagrada a revolução, em pouco tempo os constitucionalistas foram derrotados, mas a FUP permaneceu atuante alterando seu nome e sigla, em 1933, para Chama Única por São Paulo Unido. Organizaram-se na indicação dos candidatos para a Assembleia Constituinte, e obtiveram sucesso derrotando representantes ligados ao Tenentismo e ao operariado. Após a união em prol de uma Constituinte, os partidos desfizeram a aliança.

1.2. Da Assembleia Constituinte de 1934 ao DAESP

Alexandre Marcondes Filho teve voz de destaque em relação às críticas na Assembleia Constituinte se mostrando favorável a uma nova constituição e contra a permanência de Vargas no poder. O diretório do PRP solicitou a presença de Marcondes Filho para discursar sobre as

³⁴ AMFpi 1934.00.00 p. 13.

conjugações da força paulista em defesa da Assembleia Constituinte de 1934, pedido prontamente atendido por ele, que manifestou-se “infinitamente grato ao ilustre Diretório do Partido Republicano Paulista” por “buscar-me no obscuro recanto em que vivo, para ser o orador oficial desta prodigiosa concentração das nossas forças políticas”³⁵.

Ao longo de 21 páginas de um discurso realizado na cidade de Capivari - SP, Marcondes Filho reforçou ser testemunha “das injustiças e violências injustificáveis”³⁶ sofridas pelo PRP e que ninguém mais do que ele poderia sentir a “ânsia de findar com a época dos estadistas da revolução”³⁷, lembrando o cerceamento dos direitos políticos em 1930. Com a convocação de uma nova constituinte, haveria, segundo ele, o retorno do republicanismo. Em sua fala, evidenciou os principais apontamentos em relação à política econômica de Getúlio Vargas:

nas promessas de campanha, Getúlio Vargas escreveu textualmente na plataforma lida na esplanada do Castello que o “problema econômico pode-se resumir numa palavra: produzir muito, produzir barato o maior número aconselhável de artigos para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas cidades” (AMFpi, 1934, p. 10).

Em decorrência da Crise de 1929 nos EUA, a economia paulista entrou em recessão, como em muitos outros estados e cidades do mundo. O governo paulista reclamou do governo provisório o decreto que proibia a instalação de usinas e as restrições da produção do açúcar no estado. Nesse momento, Marcondes Filho argumentou que as medidas econômicas de Vargas eram exclusivamente para atingir São Paulo; portanto, a restrição da produção de açúcar³⁸ no estado em favorecimento da produção e com “objectivo [sic] único de proteger a indústria assucareida [sic] do Norte”³⁹ não passava de uma “gangorra do snr. Getúlio Vargas, dividindo para dominar, lançando uma força contra a outra, para as aniquilar, em proveito de sua política de volta e reviravoltas”.

O Deputado refutou a proposta econômica de Vargas, que visava a descentralizar a economia paulista, redistribuindo empresas para fora do estado de São Paulo. Em um longo argumento, Marcondes Filho lançou mão de estudiosos da economia que ele tinha por referência, para expor o equívoco do governo em deslocar a produção de açúcar para o Norte:

³⁵ AMFpi 1934.00.00 p. 1.

³⁶ *Ibidem.*

³⁷ *Ibidem.*

³⁸ *Ibidem.*

³⁹ *Ibidem* pi p. 11.

O princípio econômico que rege o problema assinalado pelos mais célebres autores: A crise resultante da abundância, ensina Carlos Gide, não pode ser vencida senão pela própria abundância [...]

Para o engorgitamento de um ramo qualquer de produção o remédio mais eficaz que se pode apresentar contra o mal, à (sic) precisamente de forçar um crescimento proporcional nos outros ramos. O que mais fornece o consumo de mercadoria, é a produção de outros.

Ives Guyot, o emérito economista francês, afirmou que as medidas protecionistas dentro de um mesmo país em geral não se justificam senão por argumentos políticos (AMFpi, 1934, p. 11).

Para Marcondes Filho, ao buscar a redistribuição do espaço produtor pelo país, Vargas não estava enriquecendo os campos mais longínquos, mas, sim, empobrecendo os mais produtivos, principalmente o estado de São Paulo. Observou que a superprodução do açúcar no país poderia levar a economia ao colapso e também dificultar a exportação do produto. Finalizou a questão econômica com os seguintes questionamentos:

Onde ficou, eu vos pergunto agora, onde ficou a promessa risonha da plataforma, em que se dizia que o problema econômico pode-se resumir numa palavra: produzir muito, produzir barato o maior número de artigos para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas cidades? (AMFpi, 1934, p. 13).

A descentralização econômica imposta por Vargas e questionada por Marcondes Filho perpassava a perda de espaço político até então ocupado pelo estado de São Paulo e, diante do que Marcondes chamou de invasão da cidade por gente “estranha” e “inimiga”, a economia particular foi sacrificada ocasionando entrave da fortuna pública pelos “representantes da ditadura”. Afirmou que o discurso de Vargas sobre uma unidade brasileira passaria pelo empobrecimento de estados mais ricos (São Paulo) em prol dos mais pobres (do Norte), acusando Vargas de agir sem visão da realidade econômica em que “mutilaria um homem sadio em vez de fortalecer os mais fracos”.

Em nenhuma passagem do documento Marcondes Filho propõe alternativas para as medidas econômicas estabelecidas pelo Governo Provisório; ao contrário, coloca São Paulo como vítima do governo, mediante a proibição da instalação de novas indústrias no estado. O poder econômico também é um poder político e, como representante de um partido oligárquico ligado ao empresariado, Marcondes Filho cumpre sua função de representante da classe ao questionar Vargas publicamente, em prol dos interesses do seu setor.

Saindo do espectro econômico, Marcondes Filho direcionou seu discurso para a figura de Vargas, no intuito de desqualificá-lo, expondo as contradições e questionando sua candidatura:

Como explicam os nossos adversários, agora, o fato de Getúlio Vargas, em pleno regime ditatorial, com todos os poderes na mão, candidatar-se a si mesmo, na sucessão de si próprio, por eleição indireta perpetuando-se no Catete?

E como é possível senhores que S. Paulo concorde em que o interventor, delegado daquele, quase em regime ditatorial porque lhe faltou o controle do poder legislativo, também se candidate a si próprio a sucessão de si mesmo por eleição indireta?

Como poderemos nós, sem faltarmos aos imperativos da consciência, votar nos candidatos do partido que vai sancionar com voto o abandono de todas as promessas sonhando por amor ao poder tudo o que dantes afirmava? (AMFpi, 1934, p. 15-16).

Marcondes Filho ao considerar-se um adversário leal e modesto que agia dentro da legalidade constitucional, revoltou-se diante das atitudes de seus opositores, no caso o governo, em relação ao andamento que a Revolução de 1932, sem fugir do objetivo da mesma e mantivesse sua marcha nessa constituinte, nas urnas, “pleiteamos pelo voto de nós mesmos. Acreditava que somente o PRP poderia restituir a era do trabalho, de paz e ordem⁴⁰”, diante da “ditadura” de Vargas.

O resultado da Assembleia Constituinte de 1934 finalizou-se em convenção entre a oposição e o Governo Provisório, mantendo Vargas na presidência até 1938. Após a Assembleia Constituinte, Marcondes Filho dedicou-se mais ao exercício da advocacia do que às atividades políticas.

Entretanto, não estava nos planos de Vargas cumprir o acordo e deixar o espaço da presidência da República. Um novo golpe foi arquitetado e, em 1937, teve por consequência a implementação do Estado Novo em 10 de novembro do referido ano, sob alegação de promover o “nascimento de uma nova nação”. Com os partidos políticos abolidos, um novo sistema de organização política surgiu, o “não-político”, que “oferecia trânsito perfeito para os grandes talentos de conciliação e manipulação, que por sua vez, dependiam do contato altamente pessoal, com adversários e aliados” (SKIDMORE, 1992, p. 62).

O trânsito entre os políticos no Estado Novo, mencionado por Skidmore (1992), em que seus ocupantes permanecem e são indicados para determinados cargos de acordo com sua

⁴⁰ idem.

influência e rede política, pode ser visto com a criação dos Departamentos Administrativos⁴¹ dos Estados através do decreto-lei nº. 1.202, de 8 de abril de 1939, que eram constituídos por um número variável de quatro a dez integrantes, todos indicados pelo Presidente da República. Marcondes Filho, afastado do protagonismo político, retornou à cena em 1939, sob a interventoria de Adhemar de Barros, também perrepista, ocupando a vice-presidência do Departamento, permanecendo até 1941.

O quadro a seguir dispõe nomes, partidos e períodos em que cada sujeito esteve na presidência, vice presidência e demais ocupações no Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP). Optamos por ir além do nosso recorte de 1942, com o objetivo de permitir uma visão do quadro geral do departamento.

Quadro I. Membros da DAESP 1939-1947

Interv. Ademar de Barros 1938-1941

Fernando Costa 1941-1945

Macedo Soares 1945-1947

1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Gofredo da Silva Teles (P)/ PRP	Sebastião Nogueira de Lima (P)	Cristiano Altenfelder (P)/PD						
Marcondes Filho (VP)/ PRP	Marcondes Filho (VP)/ PRP	Marcondes Filho (VP)/ PRP	Miguel Reale/ AIB	Miguel Reale/ AIB	Miguel Reale/ AIB	João Carvalhal Filho/PRP	Cristiano Altenfelder (VP)/PD	João Carvalhal Filho/PRP
Cirilo Jr / PRP	Campos Vergueiro/PRP	Bráz Arruda/PD						
Arthur Whhaker / PRP	Arthur Whhaker/ PRP	Arthur Whhaker/ PRP	Arthur Whhaker/ (VP) PRP	Arthur Whhaker/ (VP) PRP	Arthur Whhaker/ (VP) PRP	Arthur Whhaker/ (VP) PRP	Inocencio Serrafico/PRP	Inocencio Serrafico/ (VP) PRP
Antonio Gontijo/	Antonio Gontijo/	Cesar Costa/PRP	Sinésio Rocha/PRP	Moura Rezende/PRP				

⁴¹ A função do Departamento era examinar, aprovar ou rejeitar todos os atos dos prefeitos municipais e do Interventor Federal, inclusive o orçamento estadual, fiscalizando sua execução. O Departamento atuava como as câmaras municipais e assembleias legislativas no que se refere à fiscalização dos interventores de seus respectivos estados. Todavia, quanto à sua função “não podem ser tomados sem mais como substitutos das casas legislativas nos níveis federal, estadual e municipal. Isso porque não produzem leis, mas resoluções.” (CODATO, p. 7).

PRP	PRP							
Plínio de Moraes/PRP	Plínio de Moraes/PRP	Antonio Feliciano/PD	Lincoln Feliciano/PD	Lincoln Feliciano/PD				
Mário Lins/PRP	Renato Paes de Barros/PD	Marrey JR./PD	Marrey JR./PD	Marrey JR./PD	Armando Prado/PRP	Armando Prado/PRP	Marrey JR./PD	Marrey JR./PD

Fonte: Departamento Administrativo do Estado de São Paulo. Legenda: P = Presidente; VP = Vice-presidente; AIB = Ação Integralista Brasileira; PD = Partido Democrático; PRP = Partido Republicano Paulista.

Conforme exposto no quadro acima, Marcondes Filho estava na vice-presidência sob a interventoria de Adhemar de Barros, porém o Estado de São Paulo enfrentou uma crise em que Adhemar de Barros foi acusado de desvios de verbas e corrupção, sendo substituído por Fernando Costa. Visando a manter a estabilidade e uma boa relação política no Estado que concentrava a maior parte das indústrias do país, Marcondes Filho foi indicado para assumir do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

1.3. Ministro do Trabalho

Após a constituinte de 1934, Marcondes Filho só ocuparia um cargo político em 1939, como vice-presidente da DAESP, e, nesse momento, numa política consoante com Getúlio Vargas. Entre os anos 1934 e 1939, voltou-se para seu escritório de advocacia frequentado pela “nata do empresariado paulistano” (GOMES, 1988, p. 184). Com boas relações sociais e por não ter “a política como seu métier”, a escolha por Marcondes Filho para o Ministério do Trabalho significa uma decisão política de “largo alcance”(GOMES, 1988, p. 184). Com objetivo de evitar conflitos com os paulistanos, Vargas alçava a um cargo expressivo um sujeito que os representasse.

O cargo destinado a Marcondes Filho, o de ministro do trabalho, foi estratégico para manter a relação de interesses políticos e econômicos com o Estado de São Paulo. Responsável “pela execução do projeto político estatal”, o ministro “visava angariar uma base de apoio” a Getúlio Vargas e ao regime junto à classe trabalhadora (MACEDO, 2008, p. 16).

Em novembro de 1941, o jornal *A Manhã* publicou uma brevíssima nota sobre Alexandre Marcondes Filho na coluna *Nomes do Dia*, perpassando por sua história profissional e política e chegando ao seu tão aclamado atributo o discurso:

Em setembro de 1939, no Palácio Tiradentes, durante as comemorações do 2º aniversário do Estado Novo, pronunciou a conferência intitulada “Senhor Presidente” – peça estupenda pela beleza da forma, lucidez das observações, modernidade dos conceitos e originalidade das perspectivas em que se coloca para interpretar a significação humana e política do presidente Vargas. Dessa data em diante, Alexandre Marcondes Filho transforma-se num grande tributo do Estado Novo (A MANHÃ, 1941, p. 2).

Marcondes Filho assumiu a pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 29 de Dezembro de 1941:

Por decreto assinado pelo Sr. Getúlio Vargas, foi nomeado para ocupar a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio o Sr. Alexandre Marcondes Filho. A escolha do presidente causou magnífica impressão em todo o país, pois recaiu numa das figuras mais representativas da nova mentalidade política brasileira. Grande advogado, parlamentar, notável, orador e jornalista, Marcondes Filho conhece a fundo os problemas que enfrentará no seu novo posto, e nele prestará excelentes serviços ao regime a nação (A MANHÃ, 1941, p. 3).

Ao tomar posse, Marcondes Filho prosseguiu com a política social do Estado Novo, aprimorando a legislação existente e implementando novas, como, por exemplo, a criação do imposto sindical, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Consolidação das Leis do Trabalho, considerada o marco de sua gestão. A atuação como ministro do Trabalho foi especificamente importante na relação entre o governo e a classe trabalhadora. Contudo, Marcondes Filho enfrentou questionamentos do jornal *O Radical* devido a sua trajetória ligada aos empresários paulistas. A quem, de fato, estando ministro, iria representar? Respondeu:

O que posso prometer desde já e sinceramente, é que empregarei todas as minhas energias para corresponder à confiança com que o S. Excia me distingue, e honrar as tradições de devotamento ao bem público com que São Paulo tem sempre cooperado nos quadros do Govêrno da República, para o engrandecimento e progresso do país (O Radical, 1941, p. 3).

Tido como um homem de inteira confiança dos setores das classes conservadoras, o desafio de Marcondes Filho estava no progresso das condições de trabalho para atender aos interesses do capital. Para o ministro, a melhoria de condição dos trabalhadores era importante

para a solidariedade entre as classes e, segundo *O Radical*, do fruto dessa solidariedade, “nasce o respeito a direitos mútuos e da mútua compreensão das obrigações”⁴².

O itinerário político e a rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) que os intelectuais percorrem, os laços políticos que vão se estreitando, esse ponto especificamente, é importante para que possamos mapear a trajetória intelectual que evidencie Marcondes Filho e suas posições políticas-ideológicas, opiniões e áreas de atuação em seu campo político. Localizar esse sujeito na sociedade, os espaços que ele compartilhou, nos possibilitou investigar sua influência no meio ao qual está inserido.

1.4. O advogado, intelectual e político

Os deslocamentos de Marcondes Filho no cenário político paulista de acordo com seu círculo, visando a espaço e poder, foi uma estratégia que o manteve em evidência. O conceito de rede de sociabilidade proposta por Jean-François Sirinelli (2003) nos auxilia na compreensão da trajetória de Marcondes Filho a partir da perspectiva da dinâmica no campo político entre aliados e opositores. Segundo Sirinelli, “todo um grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades” (2003, p. 246), e Marcondes Filho gozava de bom prestígio e um “nome forte de garantia com o setor empresarial” (GOMES, 1988, p. 184). Portanto, suas relações de amizade com o jornalista Assis Chateaubriand e Roberto Simonsen então presidente da Fiesp, por exemplo, endossaram sua figura representativa a qual Sirinelli chama de relações estruturadas:

Relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais... a noção de rede remete ao microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo. (SIRINELLI, 2003, p. 38).

Marcondes Filho não construiu sua representatividade somente pela influência da roda de convivência; utilizou-se da câmara e assembleia como um importante espaço para sua auto-imagem. Lançou livros⁴³, entre eles *Vocações da Unidade*, publicado em 1926, com os seus

⁴² *O Radical*, RJ, 1942, p. 2

⁴³ Um Testamento Tres Vezes Nulo. *Revista dos Tribunais* (1939); A Fôrça Construtiva de um Não. Gráfica Laemmert (1941); O Momento Constitucional Brasileiro. Imprensa Nacional (1943); Código da Propriedade Industrial. Saraiva (1952); Alguns Parlamentares Estrangeiros. Dasp. (1952); Pró Brasília Fiant Eximia. Livraria Martins (1954)

discursos na Câmara enquanto vereador de São Paulo. Em um artigo publicado no jornal *Correio Paulistano*, intitulado *Os discursos de Alexandre*, o autor Mário Guastini⁴⁴ versa sobre o livro:

Apesar de conhecidos, apesar de publicados e de commentados pelos mais conspicuos órgãos da imprensa nacional, são páginas que se lê com infinito prazer, pela abundante documentação que oferecem, pela elegancia do estylo pela cultura nelles revelada. Na campanha pollitca, que a eleição do occorrente encerrou, Marcondes Filho teve a opportunidade de produzir peças de imenso valor, não sendo exaggero afirmar-se que foram as mais brilhantes, as mais fortes orações ouvidas pelo nosso parlamento (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 2).

Mário Guastini ainda afirma, para finalizar, que “Marcondes Filho não necessitaria nunca publicar livros para dar demonstrações da sua grande, da sua invejável capacidade mental”⁴⁵. Reconhecido por seu conhecimento jurídico e publicações no campo, era retratado pela mídia impressa como um “dos mais illustres da moderna geração de intellectuaes paulistas”⁴⁶. Os discursos proferidos, seja na Câmara, seja em ambientes informais como jantares, por exemplo, sempre rendiam um espaço nos jornais. Queremos afirmar com isso que Marcondes Filho era presença constante em boa parte da mídia impressa.

Em 1941, um artigo de Cassiano Ricardo⁴⁷ para o *Correio Paulistano*, intitulado *Gente nova na câmara*, no qual teceu elogios ao discurso de Marcondes Filho em defesa da eleição de Júlio Prestes, o autor confessa sua “admiração pelo seu meio de expor o assunto, pela elegância em confundir o adversário, pela agilidade mental, pelo senso de modernidade, pela segurança de suas afirmações”⁴⁸. Com destaques aos discursos, em que o *Correio Paulistano* o adjetivava como um exímio orador, hiperestésico⁴⁹ e ilustre conferencista com pronunciamentos “fascinantes”, com o “brilho e leveza que lhe são características”⁵⁰. Sua

⁴⁴ Alfredo Mário Guastini, jornalista colunista do *Correio Paulistano*. Um dos principais críticos ao modernismo em São Paulo. Ver: *A hora futurista que passou*. Coleção Paulicéia. Ed. Boitempo. 1926.

⁴⁵ *Correio Paulistano*, 18/3/1930. p. 2.

⁴⁶ *Correio Paulistano*, 1926. p. 3. ed 22448.

⁴⁷ Poeta, jornalista e ensaísta, nasceu em São José dos Campos, SP, em 26 de julho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de janeiro de 1974. Trabalhou no *Correio Paulistano* (de 1923 a 1930), como redator, e dirigiu *A Manhã*, do Rio de Janeiro (de 1941 a 1944). Em 1924, fundou a *Novíssima*, revista literária dedicada à causa dos modernistas e ao intercâmbio cultural pan-americano. Também foi o criador das revistas *Planalto* (1930) e *Invenção* (1962). *Planalto* (1930) e *Invenção* (1962). Autor do livro *Marcha para Oeste* (1940). Ver: <http://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo/biografia>

⁴⁸ AMF tt Leite, C R 1930.05.29

⁴⁹ *A Manhã*, RJ, 22/10/1941 p 4 ed 00064 (1). Sinônimo: Estimulante.

⁵⁰ *A Manhã*, RJ, 9/9/1941 p 13 ed 00027 (1). Referente ao discurso de Marcondes Filho no Centro Paulista em comemoração ao dia da Independência.

trajetória intelectual e “eloquência” perante o público era vista como fundamental para os que conviviam no meio político. Para Guastini (1930), Alexandre Marcondes Filho era, “além de um magnífico advogado, um senhor de invejável inteligência, apesar de um bohemio incorrigível”. Tanto Mário Guastini quanto Cassiano Ricardo atuaram no jornal *Correio Paulistano*, ligado ao PRP de Marcondes Filho; portanto, os inúmeros elogios destinados ao nosso objeto exige cuidado diante das publicações chapa-branca, ou seja, publicações de seus aliados visando à boa imagem pública dele. Por sua vez, o jornal *O Radical*, mais crítico, não se eximiu a um elogio a Marcondes Filho direcionado para suas publicações e “extraordinários recursos dialéticos” com algumas “orações de sensação na época”⁵¹

Ao lançar livros com os seus discursos, Marcondes Filho nos leva a questionar quais os motivos para que suas palavras estivessem ao alcance no tempo e quando quisesse quem por elas se interessassem. Denota, inclusive, uma construção da imagem de si, perante os demais. Segundo Patrick Charaudeau, “o sujeito que constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir” (CHARAUDEAU, 2008, p. 115). Charaudeau analisa a construção da imagem como estratégia de um discurso político ligado ao *ethos*⁵² para que a imagem planejada por aquele que fala possa fixar no público-alvo que estão relacionadas a alguns critérios: o imaginário social, a credibilidade, a virtude, a competência e a identificação.

Falar de si implica verbalizar a sua identidade na expectativa de como o sujeito quer se ver representado, ou seja, visto pelos demais na sociedade. Configurando o imaginário social abordado por Charaudeau, esse sujeito depende da validação do grupo social que está inserido ao construir seu *ethos* tanto por seu “comportamento físico, sua voz de orador tonitruante, suas propostas que interpelam, injuriam o adversário, quanto por suas ideias cujo conteúdo é conforme à imagem e de poder que ele quer se dar” (CHARAUDEAU, 2008, p. 118).

A construção da imagem está ligada diretamente à credibilidade que resulta da construção discursiva que o sujeito faz de si, em que induz o coletivo a julgá-lo digno de crédito. A credibilidade relaciona-se com a transparência e a capacidade de cumprimento das promessas proferidas pelo sujeito falante, o que é fundamental na política ao se ter a confiança do determinado público para qual o discurso é direcionado.

⁵¹ *O Radical*, RJ, 30/12/1941 ed 03479 p. 2.

⁵² Palavra de origem grega que significa “caráter moral”. Segundo Patrick Charaudeau, o *ethos* é voltado para o orador.

Muito relacionada à credibilidade, a virtude acrescenta uma imagem de honestidade, confiança e fidelidade que perpassam a trajetória pública, e também a privada, demonstrando que seu engajamento político não é motivado por ambição pessoal, mas ligado ao interesse do bem comum. Mesmo tratando-se de um ator político em que Charaudeau diz que a opinião pública “tornam-se suspeitas quando se sabe que os políticos se deixam guiar por conselheiros” (CHARAUDEAU, 2008, p. 124), a expectativa em torno daquele que o cidadão delega a função de poder está sustentada na crença da honradez que o sujeito público faz de si.

Discursar sobre suas qualidades buscando cativar o grupo social ao qual pretende-se atingir de nada valerá se o orador não demonstrar habilidades e competência para o cargo que almeja ocupar. O *ethos* da competência exige de seu possuidor conhecimento e domínio suficiente que possa garantir aqueles que lhes depositam a confiança de que os objetivos políticos e sociais esperados e prometidos devam ser concretizados. Segundo Charaudeau,

É pela visão do conjunto do percurso de um político que se pode julgar seu grau de competência [...]. Acontece, às vezes, de ser o próprio político que evidencia em suas declarações as características de seu percurso para evocar o *ethos* de “competência”: herança, estudos, funções exercidas, experiência adquirida. (CHARAUDEAU, 2008, p. 125).

Toda construção em torno de consolidar uma imagem perante o outro não teria êxito sem o outro sentir-se identificado ou representado de alguma forma. Chega-se, portanto, ao *ethos* da identificação que consiste numa relação triangular entre si, um outro e um terceiro ausente, constituindo-se em si o que procura endossar a imagem do ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem do ideal de referência:

No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. Cujas imagens, dessa vez, são extraídas do afeto social: o cidadão, mediante a um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político (CHARAUDEAU, 2008, p. 137).

Ainda segundo o autor, é delicada a categorização referente à identificação entre a imagem que é projetada e a adesão pelo grupo a que ela se destina. O político joga com o ponto de vista do imaginário das pessoas beirando o contraditório para manter-se no jogo. Busca se manter como uma referência tradicional, ao mesmo tempo moderna, demonstrando honestidade

em suas ações e modéstia; inteligência e competência em uma proximidade com intuito de gerar empatia com o cidadão.

Alexandre Marcondes Filho, claramente, coloca-se numa posição de destaque em que busca moldar sua figura ao olhar exterior com o auxílio de jornais como o *Correio Paulistano*, ligado ao seu partido, para construção de sua imagem pública de um homem intelectual, advogado de prestígio e político. Com suas produções bibliográficas no campo jurídico e o compilado de discursos enquanto vereador de São Paulo publicados, Marcondes Filho fortalece sua imagem social por meio da imprensa. Sua atuação gera credibilidade com competência reconhecida devido a sua eleição para Deputado Federal logo após um ano como vereador. O reconhecimento da sua figura perante os pares já estava consolidado, enquanto, junto da classe menos favorecida, sugeriu a popularização do Partido Republicano Paulista pelo intermédio da imprensa e, assim, buscou-se tanto a permanência do seu partido no espaço político, já ocupado, quanto a visibilidade de sua própria imagem.

A imagem de Marcondes Filho como um bom orador/comunicador, sua intelectualidade e boas relações políticas evidenciadas pelas fontes de jornais neste trabalho, leva-nos a questionar tais elogios por se tratarem de jornais parceiros. O próprio objeto, ao publicar livros com suas conferências, reforça a imagem perante a sociedade de um homem de cultura, um intelectual. Sua figura é auto-construída e reforçada por jornais apoiadores.

Alexandre Marcondes Filho, por diversos motivos já citados, apresenta-se como figura central de destaque na política paulista. No decorrer de nove anos entre o Governo Provisório e o início do Estado Novo, Marcondes Filho esteve em oposição a Vargas até se juntar à situação como ministro do Trabalho para desempenhar a função de mediação do Estado para com os trabalhadores. Os deslocamentos do ministro são intrigantes por não deixar explícito os motivos para apoiar Vargas, seja por permanência no poder e evidenciação de sua imagem, seja por qualquer outro motivo, por nós até o momento desconhecido. Mas, ao pensarmos na política, mudanças radicais de posicionamento não são incomuns⁵³. Não nos cabe neste momento o exercício para compreender os motivos que levaram Marcondes Filho ao governo, evitando assim, escapar do objetivo da dissertação. Mas fica o questionamento sobre os possíveis interesses dele em estar ao lado de Vargas, ocupando um cargo de importância no Estado Novo.

⁵³ Ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1987.

2. Alexandre Marcondes Filho intelectual mediador

Imagem I. Alexandre Marcondes Filho no programa “Hora do Brasil”



Fonte: Arquivo AMF/CPDOC/RJ

Neste capítulo, buscamos explicitar os conceitos básicos que norteiam a dissertação, quais sejam: *mediação* e *intelectual mediador*. Seleccionamos autores que têm se dedicado ao tema e sua aplicabilidade em diversos âmbitos do conhecimento. Na segunda parte do capítulo, dedicamo-nos às palestras e aos formatos de divulgação das mesmas, observando sua materialidade.

Alexandre Marcondes Machado Filho, desde sua graduação em Direito, conviveu com importantes políticos paulistas perrepistas e, posteriormente, ao adentrar ao partido e eleger-se vereador, começou a figurar no cenário público. Atuando como deputado federal a partir 1927, seguiu apoiando o seu partido e aliados principalmente na disputa eleitoral, que culminou na Revolução de 1930. Instaurado o Governo Provisório (1930-1934), manteve-se opositor do regime. Durante a Assembleia Constituinte, permaneceu com o seu discurso anti-varguista e, após o resultado, com a eleição de Getúlio Vargas, Marcondes Filho retorna a seu escritório de advocacia, mantendo-se mais reservado sem ocupar um cargo político.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), em 1939, Marcondes Filho voltou a ocupar um cargo político como vice-presidente da DAESP e, em 1941, atendendo à necessidade de implementação de uma política trabalhista, a qual Ângela Gomes interpreta como “invenção do trabalhismo” (GOMES, 1988), assume o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para atuar como mediador das diretrizes e estratégias da legislação social.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), finalizada em 1943, sob a gestão do ministro Marcondes Filho, é um compilado de leis reunidas e aprimoradas desde 1930 (FRENCH, 2001). Principal política de Vargas, os esclarecimentos sobre as novas regras estavam sob o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Por intermédio do ministro, as palestras voltadas para os trabalhadores brasileiros no programa de rádio a *Hora do Brasil* estreitaram os laços entre governo e a classe trabalhadora, personificando a imagem de Getúlio Vargas, com a atuação de Marcondes Filho como um mediador tendo como base a política trabalhista.

2.1. Conceito de mediação e intelectual mediador

A mediação, categoria tratada comumente na Ciência da Comunicação e em voga em outras vertentes acadêmicas tais como História e Pedagogia, exige largo investimento tanto quanto os estudos contemporâneos sobre a categoria do intelectual, que envolvem uma dimensão quantitativa e qualitativa significativa. Abordaremos neste trabalho os conceitos de mediação e intelectual mediador, respaldados pela bibliografia selecionada para que seja possível observar as características na qual entendemos estar inserido nosso objeto de estudo.

Jesús Martín-Barbero é um pesquisador espanhol dedicado aos estudos da mediação cultural, do qual trata em *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia* (1997) sobre os sentidos que os meios de comunicação assumem no agir da mediação com a população. Martín-Barbero analisa, a partir das mediações de massa, as articulações entre práticas de comunicação e seus reflexos sociais. Sua teoria resgata, desse modo, a criatividade dos sujeitos, delineando a complexidade da vida e o caráter circular-interativo exercido pelos meios comunicacionais (DANTAS, 2008). Utilizando-se do conceito de mediação de massas (MARTÍN-BARBERO), podemos relacionar a prática de mediação mediante mecanismos de comunicação como instrumento de propaganda política do Estado Novo no Brasil (1937-1945).

O conceito de intelectual, que se tem discutido todas as suas especificidades, está relacionada à origem do termo e sua aplicabilidade na sociedade. Portando, os intelectuais estão

categorizados, seja no campo dos letrados, seja ligados ao exercício de sua profissão. Os intelectuais, segundo Pierre Bourdieu (1998), ocupam espaços socialmente demarcados de acordo com a classe social, ideologia e ocupação de origem, suas relações de poder, hierarquia e posições políticas.

Cada sociedade dispõe de características próprias e, de acordo com Roger Chartier, “equacionar os problemas da história intelectual constitui uma tarefa embaraçosa por múltiplas razões” (CHARTIER, 1990, p. 27). Isso significa, a cada historiografia, compreender e categorizar a história intelectual adequando a sua própria realidade:

As certezas lexicais das outras histórias (econômica, social, política), a história intelectual opõe, portanto, uma dupla incerteza respeitante ao vocabulário que a designa: cada historiografia nacional possui a sua própria conceptualidade e, em cada uma delas, entram em competição diferentes noções, mal diferenciadas umas das outras (CHARTIER, 1990 p. 30).

As diferenciações observadas por Chartier não diferem os intelectuais no Brasil em relação a outros países nos quais estão enraizados à elite e, de acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho, os intelectuais, ao longo do século XIX, estavam diretamente relacionados aos *homens de letras* e não ao campo político (CARVALHO, 2007). Esses homens eram vistos, em sua maioria, como inacessíveis, sem ligações práticas de suas produções, permanecendo no campo da teoria. A relação com a política local baseava-se mais em redes de sociabilidade por pertencimento ao círculo da elite local. O despertar dos intelectuais para as questões políticas e sociais dos espaços manifesta-se como uma ocupação de poder também de ampliação de suas produções de acordo com o interesse de seus governantes:

Fruto da engrenagem político-cultural do Império, a inteligência brasileira ver-se-á, então, imersa em uma nova forma de articulação entre Estado e sociedade: se o Império havia conferido destaque aos temas da política, da institucionalização dos mecanismos de poder e da ordenação de mundo público, a república voltar-se-á para sociedade, para as relações mediadas pelo mercado e para os padrões de diferenciação social que operam na estruturação da ordem moderna. (CARVALHO, 2007, p. 4).

Noberto Bobbio, em *Os intelectuais e o poder* (1997), descreveu uma concepção vasta dos intelectuais e das possibilidades de grupos de artistas, poetas e romancistas também o

integrarem. Porém, quando a tarefa do ser intelectual reverbera para o campo da vida civil e política, seu conceito fica mais limitado e restrito. Segundo Bobbio, “nem todos os que podem ser chamados de intelectuais em uma acepção genérica e comum, constituem uma categoria relevante para o processo do discurso” (BOBBIO, 1997, p. 71). Esse grupo restrito refere-se ao grupo de intelectuais ligados à política e à cultura que Bobbio denomina de *ideólogos* e *expertos*:

[...] os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é ‘legitimada’-, pelo fato de estar conforme aos valores acolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que indicam os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo (BOBBIO, 1997, p. 73-74).

Bobbio, ao fazer essa distinção, limita a ação do intelectual em outros espaços ao categorizar um grupo de ideólogos e expertos.

Para Jean-François Sirinelli, apesar de o termo intelectual carecer de um estudo amplo por se tratar de uma questão abrangente devido à ausência de uma metodologia mais clara, ele busca compreender e não limitar o intelectual em uma só característica. Sirinelli propõe a inclusão de mediadores culturais, ou seja, indivíduos com influência política em determinado grupo social que não necessariamente precisam estar engessados dentro do intelectual tradicional. Tanto que o ator político que exercerá a função de mediação pode-se tratar de um jornalista, professores e estudantes. Segundo o autor, o abarcamento do intelectual pode-se seguir em dois caminhos: “uma ampla e sociocultural englobando os criadores e mediadores culturais, e a mais estreita, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Na mesma perspectiva de Sirinelli, Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen propõem a ampliação do intelectual com atividades em diferentes formas na sociedade e variedades de práticas discursivas. Essas autoras, ao dissertarem sobre os mediadores culturais como aqueles intelectuais que são facilmente identificados na sociedade, os tradicionais, demonstram que temos em contrapartida mediadores de relevância na difusão da cultura: sujeitos claramente engajados que dedicam-se à mediação cultural vinculado a um projeto político; ou seja, a participação de intelectuais em projetos políticos como sujeitos históricos que se envolvem na produção cultural (GOMES; HANSEN, 2016) está diretamente interligada ao engajamento elaborado por Sirinelli, com a inclusão de mediadores culturais em que o intelectual exerce uma

atividade mais incisiva na esfera social, mais especializada nos saberes defendendo uma concepção ideológica de impacto social (SIRINELLI, 2003, p. 243).

A partir dos conceitos desenvolvidos por Jean-François Sirinelli, Ângela Gomes e Patrícia Hansen, no sentido de intelectual tradicional, mediação cultural e intelectual mediador, as atividades exercidas por Marcondes Filho permitem-nos categorizá-lo no extenso conceito de intelectual. Porém, a sua função, como ministro, diante das atividades perante a classe trabalhadora, o desempenho como um intelectual que “atua como mediador, produz ele mesmo, significados, ao se apropriar de textos, ideias e saberes” com o resultado de sua produção aquilo que “o intelectual que mediou torna-se, efetivamente, o outro produto: um bem cultural singular” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18).

Durante o Estado Novo, a adesão de intelectuais ao regime, compactuando com uma “nova nação” a ser construída, foi significativa em diversos âmbitos. Para Mônica Velloso, o intelectual respondeu à chamada do regime que o incumbiu de uma missão: ser o representante da consciência nacional (VELLOSO, 1987). Tomemos por exemplo alguns nomes – dentro da característica de intelectual tradicional – e suas nomeações em impostos de visibilidade no regime: Lúcio Costa, arquiteto indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes; José Américo de Almeida, escritor nomeado para a pasta de Viação e Obras Públicas; Rodrigo de Melo Franco de Andrade, para Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, indicado por Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura e Municipalidade de São Paulo. Soma-se à lista o mineiro Carlos Drummond de Andrade, como chefe do gabinete de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública⁵⁴.

As conceituações de mediação e intelectual mediador desenvolvidas pelos autores selecionados e expostos nesta dissertação se complementam e podem ser identificadas nas práticas do ministro. Entretanto, Marcondes Filho, como um intelectual no sentido tradicional, estando ministro, lidou com trabalhadores urbanos e rurais não necessariamente instruídos, ou seja, um público que difere dos pares com os quais atuou a partir dos anos 1920 em seus discursos e atividades políticas. Cumpriu uma função política de intermédio de acordo com os ideais do regime vigente (BOURDIEU, 1998).

⁵⁴ Anos de Incerteza 1930 – 1937. Os Intelectuais e o Estado. Verbete CPDOC. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado> Acesso 12/05/2019

2.2. As palestras e os formatos de divulgação

Como uma figura representativa de sua época, o campo de atuação de Marcondes Filho foi ampliado no governo Vargas e muito de sua atuação tinha por objetivo a “formação de uma ampla base política no seio das massas trabalhadoras, quer via campanha de sindicalização, quer via esforço doutrinário.” (GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 11). Essa formação tinha como suporte o rádio através do programa *Hora do Brasil*. Verificamos que o programa teve seu início na década de 1930 sob o título *Programa Nacional* e, a partir de 1938, foi renomeado *Hora do Brasil*, tornando-se obrigatório em todo território nacional. Em 1971, passa-se a chamar *A Voz do Brasil*, que permanece atualmente e sua transmissão é obrigatória em alguns estados (LEITE, 2001).

Marcondes Filho tinha um espaço semanal, proferindo palestras que reforçavam a política intervencionista ao ditar o modelo de trabalhador adequado ao Estado Novo.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), as palestras do ministro Marcondes Filho para o trabalhador tinham como objetivo “[...] criar uma mentalidade na nossa classe trabalhadora (...) de que elas tinham direitos” (DELGADO, 1989, p. 74). Os direitos trabalhistas, vistos como benefícios pelo governo getulista, estariam salvaguardados mediante o alinhamento dos trabalhadores ao Estado Novo. E Marcondes Filho, em suas conferências, informava ao trabalhador a legislação social e trabalhista produzida pelo seu ministério.

O jornal *A Manhã* divulgou uma nota referente à escolha de Marcondes Filho para as crônicas radiofônicas:

A partir de hoje, a “Hora do Brasil” irradiará todas as quintas-feiras, uma crônica semanal do Ministério do Trabalho, conforme os entendimentos que tiveram o titular daquela pasta, sr. Marcondes Filho, e o diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, sr. Lourival Fontes. Versando assuntos e questões subordinadas àquela pasta, a crônica, além de informativa, será também, doutrinária, visando, principalmente orientar os interessados. Com essa iniciativa, o ministro Marcondes Filho, procura, na esfera de suas atribuições, efetivar o propósito tantas vezes demonstrado pelo presidente Getúlio Vargas, de manter o mais estreito contacto do governo com todas as classes. Inaugurando, hoje, a Crônica Semanal do Ministério do Trabalho, o sr, Marcondes Filho ocupará o microfone da “Hora do Brasil”, dirigindo uma saudação os trabalhadores (A MANHÃ, 1942, p. 06)⁵⁵.

⁵⁵ *A Manhã*, 1942, p.06.

As palestras iam ao ar às quintas-feiras, com duração de 10 minutos, pela Rádio Nacional, dentro do programa *Hora do Brasil*, com o título *Falando aos Trabalhadores Brasileiros*. Foram mais de 200 palestras proferidas entre 1942 a 1945 (GOMES, 1988). No dia seguinte, as palestras eram publicadas no jornal *A Manhã*, ampliando a circulação e possibilitando releituras daquele conteúdo. Sobre a primeira conferência de Marcondes Filho, o jornal noticiou:

O ministro Marcondes Filho pronunciou não uma “peça oratória”, como nos tempos da democracia aristocrática e anti-popular que enxovalhava o nome da democracia, mas sim uma palavra à altura do fenômeno democrático instituído por esse amigo do povo e das massas democráticas, que quebrou o falso ídolo dos casacas parlamentares, para mobilizar no impulso do trabalho organizado e da alegria de viver a alma do trabalhador nacional. Pois bem. O ministro Marcondes Filho com o senso dos operários da nação, o acervo de lutas jadigas (sic) que o colocam nos píncaros da coluna operárias, do seu labor, acaba de situar, no seu discurso, o verdadeiro rumo da massa trabalhista, que o espera como guia de seus destinos e de braços inteiramente abertos ao seu patriótico programa (*A MANHÃ*, 1942, p. 06).

Ângela Gomes enfatiza a importância da iniciativa do programa e os diversos meios de divulgação das palestras, indicando um aprimoramento do Estado Novo na prática da comunicação. As palestras, além de terem sido divulgadas pelo jornal *A Manhã*, circularam também nos formatos de panfletos e livro. Ainda de acordo com Gomes, o “cuidado da propaganda oficial em combinar os meios de difusão escrita e falada” (GOMES, 1988, p. 230) expressam o largo uso das ferramentas de comunicação:

[...] ou outros meios de difusão (disco, por exemplo) das palestras de Marcondes funcionam mais como um reforço ao canal de comunicação de maior penetração da época... É interessante examinar o esclarecimento dado pelo próprio Marcondes em um balanço que realizou no final do ano de 1942, por conseguinte após cerca de cinquenta palestras. Segundo ele, o programa semanal constituía uma experiência destinada a divulgar pelo processo mais rápido e amplo as medidas governamentais em matéria de legislação social. (GOMES, 1988, p. 230-231).

A diversificação da divulgação das palestras apontada por Ângela Gomes ficou evidente quando estivemos no arquivo do CPDOC/RJ. O contato direto com a documentação permitiu identificar outras fontes relacionadas às conferências refletindo o esforço do Estado em ocupar

todos os espaços possíveis para que suas informações, de uma maneira ou outra, chegasse ao público alvo.

Essas outras fontes referem-se a uma reunião das primeiras conferências organizadas em formato de livro e os panfletos. No primeiro semestre de 1942, as conferências foram reunidas sob o título *Três meses de palestras com os operários do Brasil*. Trata-se de uma coletânea de dez palestras proferidas por Marcondes Filho nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1942, datilografadas, sem informações de número de exemplares. Há uma dedicatória de Augusto de Almeida Filho com os dizeres “homenagem respeitosa de Augusto de Almeida Filho, Rio - 15/6/1942”, sugerindo que o material não fora produzido com o intuito de circulação. Com capa dura e uma contracapa de seda, tem dimensões de 30 x 20 cm, acompanhada de um total de 40 páginas em texto formal, com cada palestra ocupando 4 páginas em frente e verso sem ilustrações. Não contém sumário nem prefácio.

Nossa principal fonte, em formato de livro, *Trabalhadores do Brasil! As palestras do ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil, em 1942*, foi publicado no ano 1943 pela Revista dos Tribunais; tem 21 x 14cm, acompanhada de um total de 284 páginas com texto formal, totalizando 48 palestras proferidas no ano, ocupando 5 páginas, sem ilustrações. A primeira palestra de apresentação é composta por 12 páginas. A contabilização não considerou o sumário e prefácio. Consta ainda, na contracapa, informações sobre a tiragem e materialidade:

“Deste livro foi feita, além da edição popular, uma tiragem de 100 exemplares, em papel vergé, rubricados pelo autor, fora do comércio, sendo dois com a indicação *A* e *B*, respectivamente, e os demais numerados de 1 a 98, e ainda, uma tiragem de 1000 exemplares em papel bufon, que, como a edição popular, será posta à venda” (MARCONDES FILHO, 1943).

O livro *Trabalhadores do Brasil*, disponível na biblioteca da FAFICH-UFMG, ao qual tivemos acesso, tem capa de cor vermelha aveludada, exemplar número 86 e, de acordo com a descrição acima, por não contar com a assinatura do ministro Marcondes Filho, chegamos à conclusão de ser pertencente aos “demais numerados”, tanto pela especificação do exemplar quanto do tipo da materialidade mencionada e não pertencente à edição intitulada pelo ministro de popular que foi comercializada.

Em relação às palestras reunidas por Augusto de Almeida Filho e às publicadas de 1943, a diferença concentra-se somente no título, conforme apresentado no quadro II.

Quadro II. Três meses de palestras 1942/ Trabalhadores do Brasil 1943

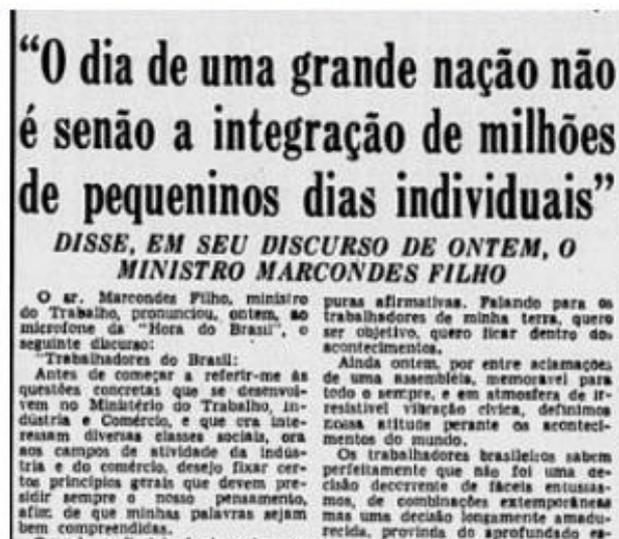
Data	Título das palestras (1942)	Título das palestras (1943)
3/01	N/ Consta.	O programa
22/01	A Obra social do Presidente Getúlio Vargas	Na “Hora do Brasil”
30/01	O Trabalhador Brasileiro e o momento internacional	O Pensamento dos interesses a nação
6/2	Pela intensificação da vida sindical	Vida Sindical
12/2	Os Homens maduros e as dificuldades de emprego	Mensagem de promessa, Esperança e Simpatia
19/2	Paisagem nova para a Literatura Brasileira	Concurso de Romance e Comédia
26/2	A Legislação Social	Espírito e vontade de conciliação
6/3	Um apelo às mães: uma palavra às colaboradoras da grandeza do Brasil	A senhora do Lar Proletário
12/3	Justiça do Trabalho	Os vogais da junta de conciliação
20/3	Uma história verdadeira contada as gerações do Brasil	O mutilado de Cachoeira de Itapemirim

As palestras publicadas no jornal *A Manhã* seguem uma dinâmica diferente. Não existe regularidade na página em que é publicada no jornal, mas segue uma lógica mais próxima do assunto veiculado na página. Por exemplo: a página 3 dedicava-se a assuntos mais leves e com propagandas para o cotidiano; a página 9 trazia notícias da Segunda Guerra Mundial e, quando

Marcondes Filho abordava esses assuntos em suas palestras, identificamos o deslocamento das mesmas para a página correspondente.

Encontrar as palestras somente pela busca do nome de Marcondes Filho não foi uma tarefa fácil, principalmente por não seguir uma regularidade nas páginas das edições do jornal para as publicações. Foi necessário verificar página por página do ano de 1942, pois a chamada para a palestra não se fazia pelo título, mas, sim, por algum trecho considerado importante, com o nome do ministro relacionado, em caixa alta, negrito, com os dizeres abaixo, como se fosse um subtítulo em caixa alta sem negrito: “disse, em seu discurso de ontem, o Ministro Marcondes Filho”⁵⁶:

Imagem II. Palestra: O pensamento dos interesses da nação.



Fonte: Jornal A Manhã 1942. Ed 148

No quadro III comparamos o que foi publicado no jornal com a versão do livro em 1943, mais a imagem do índice do livro de 1943, e constatamos que algumas conferências não se encontram publicadas no jornal. Sugerindo, portanto, a incorporação para versão final:

Quadro III. Títulos das palestras: *Trabalhadores do Brasil* (1943) e jornal *A Manhã*.

Título das palestras no livro <i>Trabalhadores do Brasil</i> de 1943	Data da edição	Nº Edição/Página

⁵⁶ *Jornal A Manhã*, 1942, p. 8. ed 148.

O Programa	3/1/42	Ed.00125/3
Na “Hora do Brasil”	22/1/42	Ed.00142/3
O Pensamento de Interesse a Nação	30/1/42	Ed.00148/8
A Vida Sindical	6/2/42	Ed.00154/7
Mensagem de Promessa, Esperança e Simpatia	13/2/42	Ed. 00160
Concurso de Romance e Comédia	20/2/42	Ed.00164/9
Espírito e Vontade de conciliação	27/2/42	Ed. 00170/3
A Senhora do Lar proletário	6/3/42	Ed. 00176/2
Os Vogais da Junta de Conciliação	13/3/42	Ed. 00182/2
O Mutilado de Cachoeiro de Itapemirim	20/3/42	Ed. 00188/2
O Brasil e o Chile	27/3/42	Ed. 00194/6
O outro lado do Continente	1/5/42	Ed. 00223/2
Primeiro de Maio	8/5/42	Ed. 00224/6
Erros de outra Guerra	8/5/42	Ed. 00228/7
Aos dirigentes das associações sindicais	15/5/42	Ed. 00234/2
“Rerum Novarum”	16/5/42	Ed. 00235/7
O imposto sindical	22/5/42	Ed. 00240/3

Qualificação Profissional	29/5/42	Ed. 00246/2
A cidade e o campo	5/6/42	Ed. 00252/4
Um capítulo da Amazônia	12/6/42	Ed. 00258/2
A função do fiscal do trabalho	19/6/42	Ed. 00264/6
A nutrição do operário Brasileiro	26/6/42	Ed. 00270/3
A iniciativa individual para a grandeza do Brasil	N/Consta	N/Consta
As doenças profissionais	10/7/42	Ed. 00282/6
A instalação da comissão do imposto sindical	N/Consta	N/Consta
O problema de trânsito	17/7/42	Ed. 00288/9
Casas operárias	24/7/42	Ed. 00294/3
A Europa ouve o Brasil	31/7/42	Ed. 00300/2
Autonomia da Justiça do Trabalho	7/8/42	Ed. 00306/9
O Trabalho das crianças	14/8/42	Ed. 00312/2
Soldados somos todos!	21/8/42	Ed. 00318/2
Chegou a nossa vez!	28/8/42	Ed. 00324/9
Rumos de guerra	4/9/42	Ed. 00330/9
General Augustin Justo	11/9/42	Ed. 00336/9

Os Trabalhadores e a Guerra	18/9/42	Ed. 00342/9
Delegacias regionais	25/9/42	Ed. 00348/9
A antevisão do Presidente	2/10/42	Ed. 00354/7
A legislação de guerra	9/10/42	Ed. 00360/9
Coordenação de publicidade	16/10/42	Ed. 00366/3
Oficiais de diligência	23/10/42	Ed. 00372/9
Legião Brasileira de assistência	N/Consta	N/Consta
Um acerto legislativo	6/11/42	Ed. 00383/3
A Consolidação	N/Consta	N/Consta
Uma tentativa vitoriosa	20/11/42	Ed. 00395/3
O código da propriedade industrial	27/11/42	Ed. 00401/3
O serviço de alimentação	4/12/42	Ed. 00407/9
Os proletários intelectuais	11/12/42	Ed. 00413/3
Meus votos de um bom Natal	18/12/42	Ed. 00419/3

Quadro elaborado por Karen Dayanne Nunes a partir das conferências do livro *Trabalhadores do Brasil* e o arquivo do jornal *A Manhã*.

I N D I C E		292 MARCONDES FILHO	
* Programa	5	Problema de trânsito	155
* Na "Hora do Brasil"	17	Casas operárias	161
* O pensamento dos interesses da Nação	21	A Europa ouve o Brasil	167
Vida sindical	27	Autonomia da Justiça do Trabalho	173
Mensagem de promessa, esperança e simpatia	33	O trabalho das crianças	179
* Concurso de romance e comédia	39	Soldados somos todos!	183
Espírito e vontade de conciliação	45	Chegou a nossa vez!	189
A senhora do lar proletário	51	Rumos de guerra	195
Os vogais da Junta de Conciliação	57	General Augustin Justo	201
O mutilado de Cachoeiro de Itapemirim	63	Os trabalhadores e a guerra	207
O Brasil e o Chile	69	Delegacias Regionais	213
Do outro lado do continente	75	A antevisão do Presidente	219
Primeiro de Maio	81	Legislação de guerra	225
Erros da outra guerra	85	Coordenação de publicidade	231
Aos dirigentes das associações sindicais	91	Oficiais de diligência	237
"Rerum Novarum"	97	Legião Brasileira de Assistência	243
O imposto sindical	101	Um acervo legislativo	249
Qualificação profissional	107	A Consolidação	255
A cidade e o campo	113	Uma tentativa vitoriosa	261
Um capítulo da Amazônia	119	O Código da Propriedade Industrial	267
A função do fiscal do trabalho	125	O Serviço de Alimentação	273
A nutrição do operário brasileiro	131	Os proletários intelectuais	279
A iniciativa individual para a grandeza do Brasil	137	* Meus votos de bom Natal	285
As doenças profissionais	143		
Instalação da Comissão do Imposto Sindical	149		

Fonte: Trabalhadores do Brasil! Palestras do ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil em 1942

Por também desempenhar a função de ministro da Justiça, Marcondes Filho se ausentou de algumas palestras. Isso explica o fato de que algumas não foram ao ar – aquelas que não constam no jornal –, mas foram incluídas no livro, num total de quatro palestras.

No arquivo de Marcondes Filho no CPDOC, encontramos as palestras em outro suporte: os panfletos. Os panfletos são produzidos, em geral, com um material de baixo custo, para circulação rápida de uma ideia, propaganda, informações e os mais variados assuntos, objetivando atingir um número maior de pessoas em pouco tempo. Os panfletos, com algumas palestras, seguem esse padrão. Sobre a circulação e tiragem, não conseguimos levantar qualquer dado. Trata-se de um papel simples, dobrado ao meio, originando 4 páginas preenchidas frente e verso, de dimensões 22 x 14 cm, com a imagem de Getúlio Vargas na primeira página. Ainda na primeira página, destaca-se um trecho do conteúdo da palestra, mas não consta título. Na última página com um campo intitulado de *homenagem*, fica reservado para propagandas de diferentes setores da indústria e do comércio.

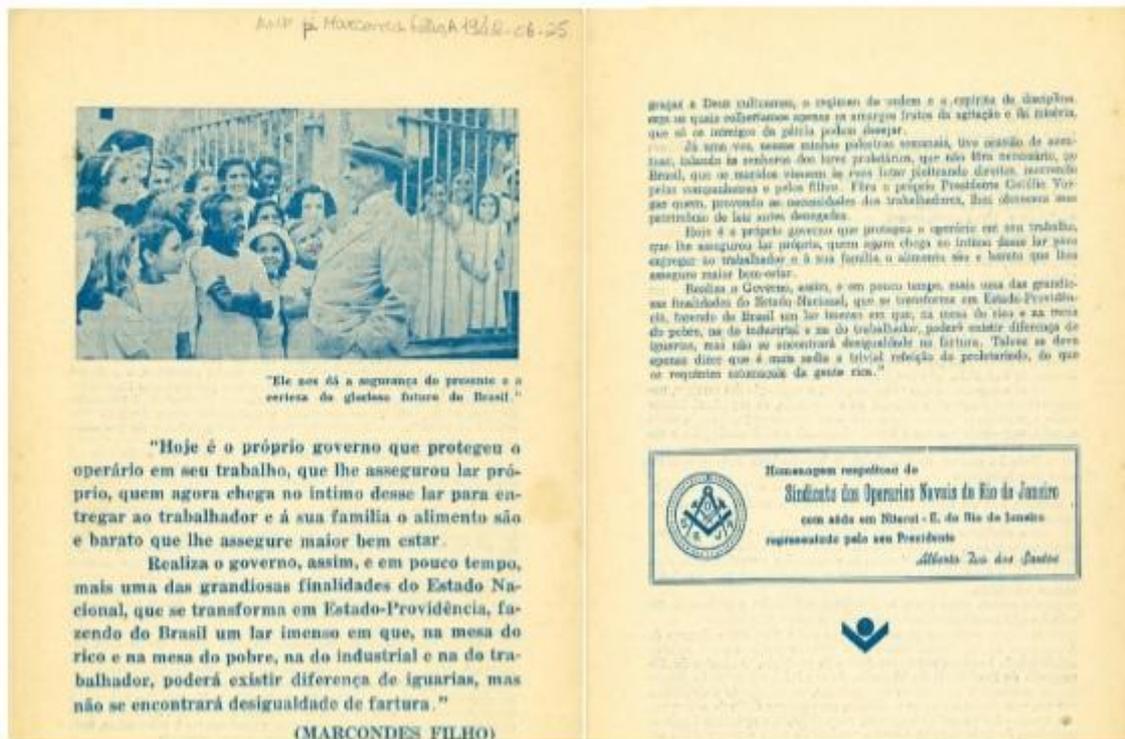
As datas que constam nos panfletos coincidem com as conferências proferidas no rádio, ou seja, um dia antes da publicação no jornal *A Manhã*, conforme apresentado no quadro III.

Quadro IV. Título e datas das palestras encontradas no suporte panfletos

Título	Data	“Homenagem”
A Nutrição do Operário Brasileiro	25/6/42	Sindicato dos empregados no comercio hoteleiro e similares do Rio de Janeiro, representado por sua diretoria: Luiz Augusto da França, Romeu Mascagni, Manoel Felipe de Oliveira, Tancredo Moreira da Silva e Joaquim dos Reis.
A Legislação de Guerra	8/10/42	Sindicato dos Trabalhadores na indústria de curtimento de couros e peles do Rio de Janeiro
Um acerto do legislativo	5/11/42	Companhia de Cerveja Brahma
A Consolidação	12/11/42	Sindicato dos Trabalhadores na indústria de vidros, espelhos e cristais de Niterói e São Gonçalo
Uma Tentativa Vitoriosa	19/11/42	Indústria de Calçados GANDHI
O Código da propriedade industrial	26/11/42	DIMA/S./A. Distribuidora de Máquinas Brasileiras
O Serviço de Alimentação	3/12/42	Sindicatos os operários Navais do Rio de Janeiro
O proletário intelectual	10/12/42	Ferreira Souto S./A.

Conforme exposto no quadro acima, o campo destinado às homenagens estava preenchido por setores ligados à indústria e ao comércio do país. Não foi possível precisar de quem partiu a iniciativa para impressão dos panfletos, mas, observando o esforço do Ministério do Trabalho na divulgação da nova legislação trabalhista, é possível que seja esse mesmo órgão o responsável pela elaboração e publicização do material. Mas ainda paira a dúvida: teriam sido esses panfletos patrocinados por essas empresas?

Imagem IV: panfleto: Os Proletários intelectuais



Fonte: Arquivo AMF/CPDOC/RJ. Capa da palestra e última página

As diversas formas de divulgação, ou seja, o esforço para que as palestras de Marcondes Filho pudessem preencher todos os espaços possíveis de mídia, comprovam o objetivo de “incutir, na mente dos trabalhadores, a ideologia oficial do regime e o eixo de toda propaganda estadonovista” (GARCIA, 1999, p. 148).

Assim, o empenho de se criar uma nova nação introduzindo novos “valores e condutas individuais e coletivas” (BACZKO, 1991, p. 29) na tentativa de se construir um modelo de trabalhador brasileiro, o governo aproveitou-se do espaço das palestras ao abordar assuntos de grande interesse da classe trabalhadora para se fazer ouvir seja via rádio pela voz de Marcondes Filho, seja a leitura de jornais, panfletos e livro. Não haveria dificuldades em acessá-las.

A partir dos conceitos selecionados, foi possível identificar Alexandre Marcondes Filho no sentido tanto de um intelectual tradicional quanto quanto de um intelectual mediador ao termos como suporte para tal afirmação, suas palestras para classe trabalhadora ao atuar como um mediador.

3. Educação dos trabalhadores: a imprensa, o ministro e suas práticas de mediação entre governo e a classe trabalhadora

Nas últimas décadas, o campo da História da Educação tem voltado sua atenção para a imprensa, em especial para a imprensa periódica e a imprensa pedagógica, o que tem proporcionado aos pesquisadores aprofundar as análises sobre os contextos educacionais do período que o interessar, bem como os debates vigentes sobre educação. Dessa forma, superando a visão de que a imprensa era portadora somente de fatos e da “verdade”, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, ao olhar a imprensa como fonte documental, evidencia as possibilidades e novas perspectivas para análises históricas:

[...] a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento (NEVES et al., 2006, p. 10).

A imprensa constitui um diário de uma nação, de cultura de um povo, suas demandas e cotidiano; são sujeitos inseridos em seu tempo, que em cada jornal evidenciam suas práticas ideológicas, demandas sociais e perspectivas. É possível observar, através dos escritos impressos, como elaboram a construção de um conhecimento para transmitirem suas ideias, seus valores e, assim, visar a um modelo de cidadão em consonância com o projeto que se deseja implementar. O debate educacional é um dos temas recorrentes nas páginas da imprensa e uma das vias de instrumentação para se ocupar espaços ideologicamente.

Neste último capítulo, evidenciaremos as práticas do ministro, transcrevendo algumas de suas palestras para observarmos o sentido patriótico, de gratidão a Getúlio Vargas pelos direitos concedidos à classe trabalhadora e da personificação do próprio Marcondes Filho como um condutor entre o Estado e os proletários. Como base teórica, este capítulo tem como suporte do conceito de representação de Roger Chartier.

3.1. Marcondes Filho: trabalhismo, Getulismo, Educação e as palestras

A classe trabalhadora, para o governo getulista, constituiu-se como um grupo social a ser homogeneizado, sobre o qual seria necessário construir novos valores adequados à ideologia estadonovista. O modelo de trabalhador brasileiro está diretamente ligado aos trabalhos desenvolvidos por Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Adequar

essa classe mediante uma educação pautada na legislação social foi a opção do governo para trazer os trabalhadores para a base do Estado Novo.

Não há uma forma única nem um único modelo de educação (BRANDÃO, 1994). Através de diferentes meios e espaços sociais, as práticas educativas são exercidas em várias instâncias (LIBÂNEO, 1999) com o objetivo de uma formação já previamente definida. Nos anos 1930, segundo Marcos Cezar de Freitas e Maurilane de Souza Biccas em *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*, temos uma nova configuração do Estado que tem como um dos pilares a modernização e, conseqüentemente, a condução e a educação da população para efetivação dessa proposta.

O projeto político centralizador do Estado Novo, objetivando a construção de uma identidade nacional, estava impreterivelmente ligado à renovação de hábitos da sociedade e modernização do povo brasileiro que perpassaria pela educação, saúde e saneamento básico (FREITAS; BICCAS, 2009). Essa renovação tem o Estado ditando as diretrizes com intervenções em diversos âmbitos da sociedade, agindo como um educador, prezando a estabilidade das hierarquias sociais que o Estado elegia como fundamental para harmonização da nação (FREITAS; BICCAS, 2009). Coube a Alexandre Marcondes Filho desempenhar tal função junto à classe trabalhadora.

O sentido educacional de Marcondes Filho está pautado na legislação trabalhista e exaltação do presidente Getúlio Vargas. Em sua gestão, a relação entre empregadores e empregados teve avanços com a legislação social, bem como a relação com os sindicatos e a imagem do presidente como o provedor de direitos. O Estado garantia direitos e, em contrapartida, exercia o controle de sindicatos e dos trabalhadores.

Segundo Ângela Gomes e Marina Celina D'Araujo, “trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe do governo” (GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 9). E suas formas de divulgação constituem uma pedagogia própria a partir das conferências de Marcondes Filho, em prol de uma unidade nacional e disciplina dos corpos (PARADA, 2009) da classe trabalhadora brasileira.

Para Lucília de Almeida Neves Delgado, o trabalhismo era assistencialista com o objetivo de controle:

apesar do viés paternalista getulista que era sua semente e que o marcou como tatuagem desde seus primeiros tempos, não só correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas, como também constituiu-se em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, na qual se mesclam elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal (DELGADO, 2010, p. 174).

De acordo com Adalberto de Paula Paranhos, a misticidade do discurso trabalhista ligada diretamente à imagem de Getúlio Vargas estabeleceu-se no Estado Novo por intermédio da legislação social. Segundo Paranhos, “tentou-se fazer crer que a legislação social representou simplesmente uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros” (PARANHOS, 1996, p. 10).

A difusão dessa crença na concessão dos direitos trabalhistas perpassa o controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio sob a gestão de Marcondes Filho. Em suas palestras na *Hora do Brasil*, o ministro reforçava o sentido de que Getúlio Vargas agia em prol da classe trabalhadora. Segundo Gomes:

[...] certamente em muito contribuíram para tal divulgação, mas elas podem ser particularmente valiosas para o entendimento de uma faceta especial desta construção: a de Vargas, “pai dos pobres” e líder das massas trabalhadoras. O ministro do Trabalho iria caracterizar um certo tipo de imagem do Presidente e mais ainda um certo tipo de postura diante do povo trabalhador. (GOMES, 1988, p. 239).

Sobre suas falas ao rádio, Ângela Gomes (1988) assinala o modo como o ministro transmitia as informações sobre “[...] a história das leis sociais, seu conteúdo, seus pontos polêmicos, tudo isto era tratado pelo ministro em tom pedagógico e até mesmo paternal” (GOMES, 1988, p. 233). Observa-se, pelo tom “pedagógico” e “paternal”, a tentativa de conquistar o trabalhador, transmitir-lhe confiança e, conseqüentemente, o apoio direto a Vargas. Gomes conclui que a escolha de Marcondes Filho foi de fundamental importância para a mediação com o povo, através das legislações trabalhistas e afirma que:

O conteúdo das palestras abarcaria predominantemente o novo direito social, diagnosticado como uma matéria ainda desconhecida pelo próprio trabalhador, seu beneficiário. As causas dessas situações eram muitas e distintas. As dificuldades de comunicação entre as regiões do país constituíam apenas a faceta geográfica. Na verdade, a ela se somava, como causa da ignorância de nosso povo, o tipo de processo histórico que presidiria a elaboração da legislação social. Por não ter sido conquistada ao longo de uma

epopeia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos (GOMES, 1988 p. 231).

O tom paternal tal qual assinala a autora se dá mediante a proximidade que o ministro quer passar ao tratar do dia a dia dos trabalhadores como se os estivesse acompanhando fisicamente. Essa relação contribuía para que os trabalhadores pudessem se sentir representados e, com essa ponte estabelecida, era alcançada a receptividade necessária para atingir o objetivo da política trabalhista de Vargas. As mensagens deveriam ser de fácil entendimento, já que eram destinadas a pessoas sem muita instrução.

Nelson Garcia observa a adequação das mensagens de modo a serem compreendidas pelos receptores, a necessidade de se transmitir claramente a camadas com pouca instrução, de modo a mantê-las “inseridas no sistema social, as ideias as quais haviam sido expostas e seus interesses” (GARCIA, 1999, p. 103).

No mesmo sentido, José Murilo de Carvalho aponta como o regime, em seus esclarecimentos sobre a legislação, deixou evidente o quanto “Vargas tinha se aproximado do povo, que lutava pelo povo, que se identificava com o povo” (CARVALHO, 2013, p. 124-125). Para Thomas Skidmore, a justificativa em torno do esforço do Estado Novo, o trabalhismo, seria a de que a classe proletária, mediante os benefícios das legislações sociais, estaria entrelaçada ao governo na lógica de quem tem ofício, tem benefício (SKIDMORE, 1992).

A relação entre governo e trabalhadores, segundo Marcondes Filho, era a melhor possível. De acordo com o ministro, o presidente Getúlio Vargas caminhou na avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, entre “aclamações de dezenas de milhares de operários” demonstrando apoio “incondicional” ao “magnânimo estadista, que por suas virtudes, personifica o Brasil em todo seu esplendor da unidade espiritual, das forças da preservação e progresso” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 19). Reforçava em suas palestras que a dinâmica, harmonia e cooperação entre trabalhadores, empresariado e governo, funcionavam conforme o desejado.

Observa-se nas palestras que trabalho e Vargas constituem-se um só sentido. Com a exaltação de Getúlio diante dos inúmeros adjetivos reforçados pelo ministro, sugere-nos uma educação mais no sentido getulista, em prol da imagem do presidente perante os trabalhadores tendo como pano de fundo a legislação social. O objetivo é claro: manter Vargas no poder.

3.2. Trabalhadores do Brasil! A educação por mediação de Marcondes Filho

A palavra didática, segundo o Dicionário Aurélio, consiste no “conjunto de teorias e técnicas relativas à transmissão do conhecimento” e “procedimento pelo qual o mundo da experiência e da cultura é transmitido pelo educador ao educando, nas escolas ou em obras especializadas”. Já educação é a “capacitação ou formação das novas gerações de acordo com os ideais culturais de cada povo”(AURÉLIO, 2018). A utilização de tais termos nesta dissertação nos possibilita uma ampliação no sentido educacional que ultrapassa as barreiras do escolar, na qual possamos incluir as práticas do objeto.

E como se dava a educação dos trabalhadores por intermédio das conferências de Marcondes Filho? Por ora destacamos algumas palestras que evidenciam o que entendemos como a prática de mediação.

“Boa noite, trabalhadores do Brasil” (GARCIA, 1999, p. 148), às 19 horas, ao som da ópera *O Guarani*, do brasileiro Carlos Gomes, no Rio de Janeiro, Marcondes Filho iniciava seus discursos às quintas-feiras, dirigidos, especialmente, aos trabalhadores. Em um horário estratégico após um dia de trabalho, por vezes bem cansativo, em meio ao descanso e jantar das famílias, as palestras eram pronunciadas.

As conferências que selecionamos são *Na Hora do Brasil, Vida Sindical, Concurso de Romance e Comédia, A Senhora do lar proletário, A Função do Fiscal do Trabalho e Os Proletários Intelectuais*, proferidas em 22 de Janeiro, 05 de Fevereiro, 19 de Fevereiro, 06 de Março, 19 de Junho e 11 de Dezembro de 1942, respectivamente. O critério de escolha foi o evidente sentido educacional presentes nessas palestras proferidas pelo ministro e propostas pelo regime.

Para reforçar nossa análise sobre a didática do ministro em relação à legislação, em sua primeira palestra intitulada *Na Hora do Brasil*, Marcondes Filho explicita o propósito de educação para formação de um trabalhador ideal nos moldes do Estado Novo:

Quero abranger as linhas mestras. Não basta legislar. O que é indispensável, depois de “dar expressão e forma à aliança e proteção das classes” é que os direitos não se limitem a uma espécie de honorificência legal, pelas dificuldades adjetivas, e que as obrigações não se transformem num pesadelo permanente pelos excessos substantivos. Evitaremos esse malefício, de um modo principal, promovendo um rigoroso funcionamento da Justiça do Trabalho, que perante a realidade ambiente, fará conhecer, para corrigir as falhas teóricas da legislação, as ambiguidades que incitam o não conformismo, os entraves à sua rapidez e precisão – ao mesmo tempo que

desenvolverá uma **ação pedagógica**, criando a intenção conciliatória nos dissídios, **para dar nascimento à nova consciência classista** (MARCONDES FILHO, 1943, p. 11. Grifos nossos).

A ação pedagógica mencionada por Marcondes Filho deixa clara a intencionalidade do governo de que a relação mediada pelo ministro fosse uma relação educacional dentro da lógica trabalhista de união da nação, enaltecimento de Vargas, desenvolvimento econômico e social. Era preciso “dar nascimento à nova consciência classista”. Como destaca Gomes,

O projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, como lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores (GOMES, 1988, p. 23).

Vida Sindical

Em *Vida Sindical*, o ministro deixa clara a relação de reciprocidade entre o ministério e o proletariado por intermédio dos sindicatos e a satisfação dos mesmos diante da efetivação de algumas promessas:

A decisão foi bem acolhida no país inteiro. De todos os centros de atividade humana chegaram ao Ministério palavras de aplauso à iniciativa que assim prestigiava a direção desses órgãos de classe e cumpria uma das promessas do governo.

[..] que o espírito de conciliação nos dissídios de trabalho, ao qual hei de voltar numa das próximas palestras, depende, principalmente, de aspectos subjetivos destinados a preparar o fundo educacional das classes; que a assistência judiciária já está em função pela Justiça do Trabalho e prenuncia os grandes benefícios que há de trazer aos trabalhadores do Brasil. (MARCONDES FILHO, 1943, p. 28-30).

Essas promessas estavam relacionadas à criação de sindicatos e cooperativas que geravam impostos sindicais. Alegavam benefícios como adquirir produtos e mercadorias mais baratas para os associados, o que, em plena Segunda Guerra Mundial, fomentaria a economia e favoreceria os trabalhadores, dadas as condições de contingência e racionamento de muitos alimentos. Marcondes Filho deixava claro que o trabalhador deveria ser grato ao presidente por este reconhecer e outorgar “os direitos do trabalhador”: Vargas “cumpriu o seu dever histórico; e o trabalhador, cumprindo os próprios deveres, mostrará que está à altura desses direitos” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 30).

Pensar que essas mensagens foram recebidas de forma passiva pela classe trabalhadora, como o ministro se faz entender, colocaria os trabalhadores como sujeitos não ativos passivos e submissos ao Estado Novo. Segundo Glauca Vieira Ramos Konrad, o controle sindical exercido pelo Estado procurou anular o movimento autônomo dos trabalhadores e sindicatos ao submetê-los à institucionalização através da legislação trabalhista.

A tese desenvolvida por Konrad a partir de fontes como jornais, processos, alvarás, ofícios, entre outros, alerta-nos para o risco de se olhar para classe trabalhadora no período de maneira superficial e alerta:

Não se trata aqui, de ignorar a repressão violenta ou subestimar o controle do Estado sobre os trabalhadores. Mas considerar totalmente perdida a autonomia dos trabalhadores e seus sindicatos (mesmo os oficiais) não corresponde com as novas informações que temos tido sobre aquele momento da formação social brasileira. A resistência e a autonomia, que, por sua vez, também não podem ser absolutizadas, fazem parte da trajetória de lutas por direitos e resistência da classe trabalhadora. O discurso governista do fim da luta de classes não encontrava correspondência na disposição de confronto de muitas lideranças clandestinas dos trabalhadores, bem como de reivindicações de operários comuns. (KONRAD, 2006, p. 8).

Estar atrelado ao sindicato significava para o trabalhador obter os benefícios e, assim, tanto os sindicatos quanto os proletários estavam sob controle do Estado. Ao passar a impressão de harmonia entre as classes, Marcondes Filho silenciava-se sobre as resistências ocorridas no período da implementação da CLT. O Estado abafava, quando não silenciava inteiramente, a palavra operária e os trabalhadores são rebaixados à condição de “sem-voz” (PARANHOS, 1996, p. 206).

Concurso de Romance e Comédia

Na tentativa de aproximar cada vez mais os trabalhadores, o ministro propôs um *Concurso de Romance e Comédia*, inspirado, como ele refere-se, na literatura proletária escrita na Europa. Para Marcondes Filho, os escritores europeus envolvidos desenvolviam uma literatura social em que se descrevia os dramas da classe trabalhadora, interpretando os anseios e indicando rumos e caminhos. A intencionalidade do concurso é uma mensagem direta de valor educativo sob a proteção e fiscalização do Estado:

Um proletariado cheio de galhardia e de boa vontade. A terra, de uma riqueza prodigiosa, oferecendo-se a todas iniciativas. A proteção do Estado a todos os

braços e a todos os cérebros. Uma grande necessidade de produção intensiva. A possibilidade de um futuro esplêndido de soubermos criar, educar e desenvolver energias humanas. Um grande Estado, um grande Chefe, um grande Povo (MARCONDES FILHO, 1943, p. 39).

Marcondes Filho convocou escritores de “privilegiadas inteligências que Deus lhes outorgou” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 39) para prestarem inestimáveis serviços à educação do país e entreter as massas populares.

O resultado do concurso saiu na edição do jornal *A Manhã* em 20 de novembro, página 3, de 1942, e o vencedor do prêmio Getúlio Vargas foi Paulo Lício Rizzo, entre 88 candidatos. Venceu com o romance *Pedro Maneta*, baseado numa história real de um trabalhador que teve a mão decepada pela máquina de trabalho e, decepcionado e triste, contou com o amparo do Estado na nova era social, podendo, assim, retornar ao seu antigo posto de trabalho.⁵⁷

Observando o resultado do concurso de acordo com o divulgado pelo Ministério do Trabalho, não há indicativo da participação dos próprios trabalhadores tratando do seu cotidiano no concurso. São escritores e não trabalhadores que romantizavam o dia a dia dos operários brasileiros.

Existem trabalhos que versam sobre a chamada literatura operária mencionada por Marcondes Filho⁵⁸. Nestes, os próprios trabalhadores preocupam-se com a expansão intelectual e cultural da classe, ou seja, uma educação humanizada e para além da produção, ao contrário da proposta de Marcondes Filho: uma educação voltada para valorização do trabalho sem perspectiva avanços culturais da classe trabalhadora.

A Senhora do lar proletário

Marcondes Filho procurou nas esposas dos trabalhadores e mães de família reforçar o caráter amparador do Estado. Na conferência intitulada *A senhora do lar proletário*, Marcondes Filho dirigiu sua atenção para a mulher, a dona de casa; falava “à operária, à devotada companheira do trabalhador, à senhora do lar proletário”:

⁵⁷ Paulo Lício Rizzo (1922-1957) teólogo. Venceu o concurso do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, aos 20 anos de idade com o romance *Pedro Maneta*. Rizzo ganhou outros prêmios por publicações sobre Joaquim Nabuco e escreveu outra obra, intitulada *Antes que a Noite Desça*, premiada pelo Ministério da Educação. Escreveu ainda várias obras, tais como *Duas Cruzes e um Cifrão*, *Manquejando para a Glória* (estudo da vida do poeta romântico inglês Byron) e *Bebedouro dos Diabos*, recebendo o Prêmio Jabuti de literatura, além de uma peça teatral, *Dois de Dezembro*, uma comédia em 2 atos. Ver: <http://www.hinologia.org/paulo-licio-rizzo/>.

⁵⁸ Ver: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. A Educação estética dos trabalhadores nas páginas do jornal *Il Grido del Popolo* (Piemonte, Itália, 1892-1905). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 67-85, jan./fev. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v35n73/0104-4060-er-35-73-67.pdf> Acesso em 10 de julho de 2019

Começo lembrando que o termo “proletário” – cuja etimologia vem de prole e significa “classe que tem muitos filhos” – o termo proletário constitui uma consagração à esposa, assinala à glória da maternidade, evoca a música dos berços; [...] O termo representa, por tudo isso, um dos vocábulos mais belos da nossa língua e torna a mulher operária uma criatura digna dos maiores desvelos do Estado, porque é da classe operária que provém o maior número de cidadãos (MARCONDES FILHO, 1942, p. 51).

O ministro relembra a essas mulheres operárias e às que eram ainda meninas nos anos de 1930 como eram penosos e sem leis os trabalhos então realizados. Aquelas que traziam em seu ventre “o divino fruto, que era a principal razão do seu labor” passavam horas de seus dias em locais insalubres resultando no nascimento de filhos “raqúuticos”. Com o “advento do sr. Getúlio Vargas”, as mulheres tiveram seus direitos garantidos, acesso aos serviços de alimentação para que seus filhos nascessem sadios, redução da jornada de trabalho e garantia dos ordenados pós parto. Todos esses benefícios, segundo Marcondes Filho, sem distinção de raças, não seria possível sem o descortinar do “estadista insigne que nos dirige”. Portanto, essas mães operárias deveriam sempre lembrar a seus filhos e maridos os direitos conquistados, ou seja, concedidos pelo Governo Vargas.

Marcondes Filho joga com o sentimento maternal dessas mulheres diante das dificuldades da época em relação à saúde de suas crianças e a precariedade que as mães trabalhadoras viviam em seus empregos. É possível observar que, atrelado a tal sentimento, o discurso religioso é identificado em sua fala ao referir-se aos filhos dos trabalhadores como divinos. Em uma sociedade majoritariamente católica na época, o ministro relaciona a imagem de Vargas com a Igreja, em que “o pensamento de Leão XIII é fruto, é fim, é consequência, é ideia, perdura no tempo. A ação de Getúlio Vargas é semente, é início, é alicerce, é força, age no espaço. Um conclui; outro aplica” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 39). O Estado, portanto, estaria em consonância com a Igreja Católica:

O direito social no Brasil revela a inspiração desse documento sublime. Está em consonância com a civilização cristã do grande e nobre povo a que se destina, e soube resolver esse agitado capítulo de discórdia humana, estabelecendo entre os homens, a paz e a harmonia que a Encíclica propugnava. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 39).

O discurso do ministro reforçava a figura de Getúlio Vargas como um provedor da nação, que os direitos sociais são como uma benção para população que tem em seu presidente um homem de fé e disposto a suprir as necessidades de seu povo.

Proletário intelectual

O caráter educativo das legislações sociais, nas palavras de Marcondes Filho “uma missão educativa”, era de ensinar os de boa fé, os dispositivos legais do Ministério em prol da harmonia entre as classes. Caberia, assim, à *Função do Fiscal de Trabalho*, abordada em sua palestra, ser o agente do Estado a “prestar relevante serviço educacional, seja na divulgação de mandamentos legais, seja corrigindo interpretações errôneas defendidas pelos interessados” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 126).

A credibilidade e a confiança que o ministro transmitia sobre a imagem de Vargas aos trabalhadores perpassava sua própria imagem. Por vezes, Marcondes Filho se intitulava um proletário intelectual, um servidor, trabalhador do Estado que apenas executava um tipo “determinado de trabalho naquele momento” (GOMES, 1988, p. 235). Buscando tal proximidade com os trabalhadores e maior confiança, afirmou:

Também sou um trabalhador brasileiro. Há trinta anos, como proletário intelectual, trabalho sem descanso. Conheço as alegrias e as dores da vida. Sei que não é só para o trabalho que o proletário vive, mas para o bem estar da família, a tranquilidade da velhice e o futuro dos filhos – que é o seu pensamento pelo lar – e, ao mesmo tempo, para aumentar a própria eficiência, ter consciência das suas obrigações e cumpri-las integralmente que deve ser o seu pensamento pela nação (MARCONDES FILHO, 1942, p. 14).

Marcondes Filho, nas conferências, intercalava mensagens de “cunho nacional patriótico de forma a enaltecer a nação e despertar, na população, o orgulho pela sua nacionalidade” (GARCIA, 1999, p. 114-115). Afirmava que a força de um país consistia na capacidade de se pensar coletivamente em prol “da grandeza da Pátria” visando o “bem comum” (MARCONDES FILHO, 1942, p. 22). Como exemplo, na conferência *Na Hora do Brasil*, discorreu sobre o início de seu trabalho junto à classe trabalhadora exaltando o país, Vargas e os proletários:

Entendo que será de grande vantagem dirigir-me periodicamente aos trabalhadores do Brasil, com objetivo de transmitir o pensamento do governo sobre os problemas que lhes dizem respeito, contar os esforços que o Ministério está desenvolvendo para atender aos seus interesses, indicar os rumos que conduzem à felicidade de bem servir o país, assinalar as diretrizes traçadas pelo gênio político dr. Getúlio Vargas, o maior trabalhador, o trabalhador modelo, que dedica dezoito horas de cada dia ao serviço da coletividade! (MARCONDES FILHO, 1943, p. 17-19).

Para Marcondes Filho, todos da nação são operários que devem contribuir para o progresso do país, demonstrando em sua fala que não havia distinção de classes, que todos conviviam em perfeita harmonia. Como advogado, ressaltava que sua profissão legisladora requer sacrifícios em prol do bem comum, e que todos deveriam assim agir, em “grande louvor ao Estado Nacional” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 281).

Ao aproximar sua imagem e a de Getúlio Vargas perante a classe trabalhadora, Marcondes Filho objetivava uma relação representativa de que eles eram os garantidores dos benefícios que os proletários almejavam. Assim, produzem um sentido de obediência e submissão desses trabalhadores sem recorrer à violência (CHARTIER, 2002, p. 170-171), mas os mantém dentro de uma lógica de quem não estiver a favor do Estado não desfrutaria das garantias da legislação.

A representação que constrói para si e Vargas busca cativar na população certa empatia e sensação de bem-estar social. Marcondes Filho, ao dizer que suas atividades no ano 1942 “há de figurar como marco na história do nosso sacerdócio” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 283), atribui às suas práticas um sentido divino do qual ele não se furtou ao aceitar o posto de Ministro do Trabalho. Segundo Chartier, a relação da representação “visa de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente” (CHARTIER, 1991, p. 10).

A relação entre Estado e classe trabalhadora mediada por Alexandre Marcondes Filho abordada neste capítulo é uma relação de poder e dominação em que a forma como o Estado se apresenta e quer se ver representado esbarra em estratégias e práticas nas quais uma força maior se impõe sobre a menor força. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Quando estão em jogo interesses que trarão benefícios e que para obtê-los deva-se submeter a uma série de regras, mesmo que possamos partir da compreensão de que os sujeitos são seres individuais e, portanto, tendem a ter suas escolhas próprias, acabam por optar pela inserção dentro desse conjunto de valores e representação de uma nova classe trabalhadora. Visto que, diante dos avanços da legislação trabalhista e garantia de direitos, estariam mais protegidos pró regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos conhecer, a partir do levantamento da trajetória pública e intelectual de Alexandre Marcondes Machado Filho, como esse sujeito se desloca na sociedade, e quer ser visto perante seus pares e população. Foi por essa trajetória apresentada na introdução e aprofundada no primeiro capítulo que identificamos uma figura pública controversa, como boa parte dos políticos e intelectuais do período: ora contra Vargas, ora pró Vargas.

A partir do levantamento de sua trajetória, compreendemos sua relação com a imprensa, e com seus pares para, assim, aprofundarmos na centralidade dessa dissertação: a de Marcondes Filho como um intelectual mediador.

Conhecemos através dos documentos sua preocupação em relação à crescente popularidade do Partido Democrático (PD) com a criação de mecanismos de aproximação com eleitores paulistanos. Marcondes Filho via na imprensa uma forte aliada para os interesses políticos partidários e, ao observar o recém PD utilizando-se dos meios midiáticos impressos, alertou o PRP para tal atividade. As práticas de mediação levantadas por Marcondes Filho entre os partidos e os possíveis eleitores perpassam propagandas político-partidárias que seriam disseminadas através da criação de um jornal específico para fazer circular nos grupos sociais pretendidos as mensagens do Partido Republicano Paulista, o *São Paulo-Jornal*. Marcondes Filho, em sua atividade, expressa a importância que se deve dar às mídias e a comunicação com as classes populares. Essas eram as mesmas práticas desenvolvidas enquanto ministro.

As articulações políticas de Marcondes Filho frente à Revolução de 1932, seus embates com Getúlio Vargas e a defesa de uma nova Constituinte estão presentes neste capítulo, que priorizou conhecer o sujeito, observar seus deslocamentos e alianças; a projeção de sua imagem por suas próprias produções e divulgações dos jornais aliados. Chegando, enfim, ao posto de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Dedicamos o segundo capítulo ao embasamento teórico que norteia esta pesquisa no sentido de compreender os conceitos de mediação (DANTAS, 2019) e de mediação de massas (MARTÍN-BARBERO) para relacionar as atividades ministeriais de Marcondes Filho, utilizando-se da mídia como instrumento de difusão da política estadonovista.

Perpassamos pelos intelectuais e suas diferentes frentes de atuação, no sentido de um intelectual tradicional que ocupa espaços socialmente já estabelecidos (BOURDIEU, 1998), da possibilidade de ampliação do conceito englobando grupos artistas, romancistas entre outros

atuantes do campo da vida civil e política (BOBBIO, 1997). Já Roger Chartier (1990) nos chama atenção para as características diversas em cada sociedade da conceituação do termo intelectual.

Dando seguimento, Sirinelli (2003), Ângela Gomes e Patrícia Hansen (2016) ampliam a perspectiva sobre as atividades dos intelectuais como mediadores culturais atuantes enquanto agentes na sociedade ligados a um projeto político. O intelectual mediador passa a exercer maior influência no cotidiano social, em ações mais participativas das classes menos favorecidas em um diálogo mais abrangente e não somente entre seus pares.

Continuando no segundo capítulo, apresentamos a materialidade das palestras, suas formas de divulgação para a população e o esforço do governo em preencher todos os espaços da mídia como o rádio e a imprensa. As fontes apresentadas vão desde a divulgação das conferências nos jornais, outros suportes encontrados no fundo Marcondes Filho no CPDOC/RJ, ao nosso material, àquele que deu origem à nossa pesquisa, o livro *Trabalhadores do Brasil! As palestras do ministro Marcondes Filho, em 1942*, publicado em 1943. Analisamos a materialidade, os formatos, páginas, comparamos todos os suportes para ter certeza do conteúdo e alterações, expondo essa tentativa do Estado em ser fazer ouvir e ler.

Não obtivemos sucesso no que diz respeito aos áudios contendo as palestras de Marcondes Filho. Nossa base para compreensão de suas falas encontram-se no livro. A escrita é formal, por vezes com palavras rebuscadas. Surgiu a dúvida se de fato seria de fácil compreensão para os trabalhadores, em sua maioria analfabetos. Buscamos por recursos da época disponíveis na internet, como radionovelas e jornais para ouvir como dialogava-se no período. Tal formalidade pode nos soar estranho, mas nos anos 1940 era bastante comum.

No último capítulo, trouxemos trechos das palestras selecionadas que dão o sentido educacional explicitado pelo próprio ministro. Mesmo que a escrita nos evidencie um vocabulário aprimorado, a utilização da norma culta, distante da empregada pelos trabalhadores mais simples, a repetição de palavras como “justiça”, “trabalhador para trabalhador”, “primeiro trabalhador”, “gênio político”, “clarividência” ao se referir a Vargas; “sacerdócio” no sentido da atuação do governo, permite-nos observar a atuação de Alexandre Marcondes Filho como um mediador que tem por base os ideais estadonovistas para com os trabalhadores, buscando evidenciar “os direitos e obrigações que constituirão uma naturalidade coletiva”.

As palestras de Marcondes Filho constituem “uma espécie de diário, não só da política trabalhista, como também do próprio momento nacional” (GOMES, 1988, p. 233), seus

reflexos permeiam o imaginário da política ligando a figura de Getúlio Vargas “pai dos pobres”, ao de líder das massas trabalhadoras (GOMES, 1988, p. 239). A didática empregada e o tratamento do ministro à classe trabalhadora demonstram que havia uma harmonia entre os trabalhadores e o governo. É a imagem que se difundia: uma nação unificada e de respeito entre as classes. Não se mencionava greves, possíveis desacordos ou qualquer outra notícia que pudesse negar a imagem do governo com os trabalhadores, fortalecido pelas mensagens de Marcondes Filho que dizia receber cartas “de todos os centros de atividade humana” que demonstravam satisfação e apoio ao governo.

Como o objetivo desta dissertação consistiu em conhecer e analisar as práticas de Marcondes Filho e categorizá-lo como um intelectual mediador, não trouxemos ao debate a receptividade das palestras na classe trabalhadora. Entretanto, não podemos ignorar, mesmo a caráter informativo, de que greves ocorreram e outras formas de resistência por parte dos trabalhadores silenciadas pelo regime. Mesmo através do controle dos sindicatos, impressão de harmonia entre as classes e a repressão policial, o regime não era capaz de desorganizar por completo a luta dos trabalhadores. Segundo Konrad, ao

generalizar a classe trabalhadora como se ela aceitasse de forma pacífica o fim da sua luta de classes por direitos, tornando-se um apêndice de um agente histórico abstrato, o Estado -, não podemos ignorar a ação sindical possível e a atuação dos trabalhadores comuns na luta por direitos durante todo o Estado Novo (KONRAD, 2006 p. 20).

O Estado Novo já se esgotava, perdia seu fôlego e a legislação trabalhista, com a criação da CLT, poderia ser a sustentação de Vargas no poder. Marcondes Filho, o intelectual mediador, foi o responsável por executar um dos principais projetos do regime que “visava a angariar base de apoio no seio das classes populares, sobretudo dos trabalhadores” (MACEDO, 2008, p. 16).

Quando a sociedade começou a ir às ruas pedir por democracia e os partidos políticos, até então banidos sob a acusação de causar divisões e desordens, ressurgiram (QUELLER, 2016), inicia-se o movimento Queremista. O povo queria democracia, mas também Getúlio na presidência. As conquistas sociais, para os trabalhadores, estavam diretamente ligadas à imagem do presidente, como somente ele seria possível manter seus direitos. Segundo Jorge Ferreira,

o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP. Como defendi em trabalho anterior, o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas e o movimento que decorre dele, o *queremismo*, expressavam um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores (FERREIRA, 1997, p. 49).

Os discursos de Marcondes Filho, com suas palestras em 1942, o trabalho de base com a classe trabalhadora, as exposições da legislação trabalhista e a exaltação da imagem do presidente Getúlio Vargas, expostos nesta dissertação, têm como resultante o movimento *Queremista* e a redemocratização do país em 1945⁵⁹.

Com objetivo de moldar corpos, de criar um novo modelo de trabalhador Brasileiro, que segundo Ângela Gomes se deu a partir da mediação de Marcondes Filho com suas palestras semanais sem a construção da ideologia trabalhista como uma política centrada na figura de Vargas, num tipo de relação direta e emocional, desenvolvida pelo o ministro Marcondes Filho, o *queremismo* “teria sido praticamente impossível” (GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p.15-16).

Ao fim, Alexandre Marcondes Filho dá um novo sentido às suas práticas de mediação: a articulação de uma estrutura partidária com viés getulista, garantindo o apoio da classe trabalhadora, dando surgimento ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Através de suas atividades ministeriais, Marcondes Filho tem o seu reconhecimento no campo da História do Brasil. Ao trazê-lo para o campo educacional, mais precisamente na História da Educação, apresentamos um novo sentido de suas palestras, as quais o próprio

⁵⁹ O *Queremismo* não atingiu seu principal objetivo, que era eleger Vargas presidente da República. Entretanto, outros ganhos significativos são apontados por Jorge Ferreira: concluir tão-somente que o movimento foi derrotado, pelo simples fato de que Vargas foi deposto pelos militares, é não perceber a sua importância e o seu alcance político. Após as eleições, na imprensa e em diversas interpretações de líderes *peessedistas* e *udenistas*, houve a constatação, espantosa para eles, de que os trabalhadores, de maneira contundente e irreversível, passaram a ter vontade política. Essa, inclusive, foi a conclusão a que os jornais chegaram para explicar a eleição de Dutra e o revés sofrido pelo *brigadeiro*. Portanto, se Vargas não continuou no poder, Eduardo Gomes não se elegeu e, muito mais importante, os trabalhadores surgiram no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política. Esse, a meu ver, foi o papel político de relevo do *queremismo* e, mais adiante, do próprio PTB. Resgatando crenças, ideias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com esses trabalhadores, o *queremismo* mobilizou-os como classe social, com consciência de sua identidade coletiva.

ministro cunhou de “ações pedagógicas”. Apesar de os termos utilizados remeterem ao ambiente escolar, são termos empregados pelo próprio Marcondes Filho justamente por dar um sentido educacional aos esclarecimentos da legislação trabalhista e educacional getulista, ao projetar a imagem de Vargas como um benfeitor da classe. O caráter educativo em prol de um modelo de um trabalhador brasileiro, com direitos e deveres, são claros na fala do ministro.

Nesta dissertação, o objetivo foi tratar Marcondes Filho como um intelectual mediador, mas ainda há o que explorar nas palestras, pois trata-se de uma fonte com muitas possibilidades na História da Educação e História do Brasil, abrindo espaço para análise dos discursos e a receptividade das palestras entrelaçadas com a resistência de setores da classe trabalhadora. Seja mantendo o recorte de 1942, seja ampliando até o fim do mandato em 1945, ou até seu último cargo público, como senador e presidente do Senado⁶⁰.

⁶⁰ Alexandre Marcondes Filho foi senador de 1946 a 1954 pelo Partido Trabalhista Brasileiro e exerceu o cargo de presidente do Senado de 1951-1954.

FONTE

MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil! as palestras do ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil, em 1942*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1943.

REFERÊNCIAS

Arquivo:

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Rua Jornalista Orlando Dantas, nº 60 Botafogo - Rio de Janeiro. Acesso em: 19 a 22 de fevereiro de 2019.

Jornais:

A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro 1941.09 de Setembro Ed. 00027, p. 13.

A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro 1941.22 de Outubro Ed. 00064, p. 4.

A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro 1941. 19 de Novembro Ed.00088, p. 2.

A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1942. Ed. 00126, p. 6.

A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1942. Ed. 00139, p. 6.

CORREIO PAULISTANO, Jornal.São Paulo, 18 de Março de 1930. Ed. 23814, p. 2.

O RADICAL, Jornal Rio de Janeiro.

Livros, capítulos de livros e artigos

BACZKO, B. *Los imaginários sociales Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-191.

BUENO, Newton Paiva. A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na nova economia institucional. *Est. Econ.*, São Paulo, V.37, N. 2, P. 435-455, abril-junho 2007. <http://www.scielo.br/pdf/ee/v37n2/08.pdf>

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 22, nº. 65, p. 16, outubro/2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *O Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, 1990, p. 29-67.

CHARTIER, Roger. Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 163-180.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.*, vol. 5, no.11, p.16 São Paulo Jan./Apr. 1991 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CODATO, Adriano Nervo. *Modelo e método de representação política do Estado Novo*. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/528_arquivo.pdf. Acesso em: 17 de maio. 2019.

CORREIA, Rubens Arantes. Os intelectuais: questões históricas e historiográficas - uma discussão teórica. *Revista de História*, 33, João Pessoa, p. 395-410 jul./dez. 2015, Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/27733/14914>

COHN, Amélia. Correio Paulistano. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

COSTA, Patrícia Coelho da. *Educadores no Rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935 – 1950)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

DANTAS, José G. D. Teoria das Mediações Culturais: uma proposta de Jesús Martín-Barbero. *Anais do X Congresso de Comunicação da Região Nordeste*. SãoLuís/MA, Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0015-1.pdf>. Acesso em: 28 fevereiro. 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. Editora Marco Zero: São Paulo, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

ESTEVES, Henrique Afonso. *A Universidade de São Paulo e a interventoria de Adhemar de Barros*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 132p.

FERREIRA, Marieta de Moraes; O RADICAL. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.

FREITAS, Marcos Cezar de. BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009. - (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.3).

FRENCH, John D. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo Ideologia e Propaganda Política*. São Paulo: Loyola, 1999.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto; CATANI, Afrânio Mendes. *Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto*. 2008. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1998.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *O redescobrimto do Brasil*. Rio de Janeiro, 1982. Zahar, p. 56.

GUIMARÃES, Manoel Luiz de Lima Salgado. *A Revolução de 30: Textos e Documentos*. Brasília: Editora UNB, 1981.

GURGUEIRA, Fernando Limongeli; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A integração nacional pelas ondas: o rádio no estado novo*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LEITE, Lidiane de Matos. *Voz do Brasil: do Estado Novo ao século XXI*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; MIRANDA DE SÁ, Dominichi. *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Acesso: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001000022

MACEDO, Michele Reis de. *Trabalhadores e Cidadania no Brasil: o movimento queremista e a democratização de 1945*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*; prefácio Nelson García Canclini. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MAYER, Jorge Miguel; MARCONDES FILHO. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109- 137, jan./mar. 2018.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B.C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 9-15.

PANDOLFI, Dulce Chaves, GRZYNSZPAN, Mário. Dossiê Estado Novo 60 anos. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. Universidade Federal Fluminense. Fundação Getúlio Vargas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9 1997.

PARADA, M. *Educando Corpos e criando a nação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC/ Apicuri, 2009.

PARANHOS, Adalberto de Paula. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. Campinas, SP; [s.n.], 1996. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PEDROSA, Lílian Maria F. de Lima. *A Hora do Clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha a Nova República*. São Paulo: Annablume, 1995.

QUELER, Jefferson José. Os sentidos do Queremismo: disputas políticas em torno do conceito na redemocratização de 1945. *História*, vol. 35, Dez. 19, 2016. Disponível em, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742016000100513.

SILVA, Antônio Carlos. O nacionalismo nas ondas do rádio. *Em Tempo de Histórias*, nº. 6, p. 18, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 232-253.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. A Educação estética dos trabalhadores nas páginas do jornal *Il Grido del Popolo* (Piemonte, Itália, 1892-1905). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 67-85, jan./fev. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v35n73/0104-4060-er-35-73-67.pdf> Acesso em 10 de julho de 2019.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1987.

Sites consultados:

CPDOC - <https://cpdoc.fgv.br>

Hemeroteca Digital Brasileira - <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>